



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

TARLAN ALEXANDRE DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+:
A PERSPECTIVA DOS MUNICÍPIOS DA CIDADE DE SUMÉ SOBRE
SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

**SUMÉ - PB
2021**

TARLAN ALEXANDRE DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+:
A PERSPECTIVA DOS MUNICÍPIOS DA CIDADE DE SUMÉ SOBRE
SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

**SUMÉ - PB
2021**



L732p Lima, Tarlan Alexandre de.

Políticas públicas para a população LGBTQIA+: a perspectiva dos munícipes da cidade de Sumé sobre suas políticas públicas no Estado da Paraíba. / Tarlan Alexandre de Lima. - 2021.

56 f.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Políticas públicas - LGBTQIA+. 2. Gênero e sexualidade. 3. Pessoas trans e travestis. 4. LGBTQIA+. 5. População LGBTQIA+. 6. Grupo Gay da Bahia - dados. 7. Motes villentas - população LGBTQIA+. 8. Estudo de percepção. 9. Estado da Paraíba - políticas LGBTQIA+. I. Santos, Valdonilson Barbosa dos. II. Título.

CDU: 32:35-055.34(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

TARLAN ALEXANDRE DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+:
A PERSPECTIVA DOS MUNICÍPIOS DA CIDADE DE SUMÉ SOBRE
SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

**Mestra Carla Mailde Feitosa Santa Cruz.
Examinadora I - CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Kelly Cristina Costa Soares.
Orientador - UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 28 de maio de 2021.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Como Clarisse Lispector diz em uma de suas crônicas, para ser mais exato, sua crônica intitulada “As Três Experiências” “Espero [...] não viver do passado. Ter sempre o tempo presente e, mesmo ilusório, ter algo no futuro”. E disso penso, aprender com o passado, para viver o presente e almejar grandes sonhos, mesmo que difíceis, para o futuro.

Bem, eu gosto de dizer que a vida funciona como ciclos, fases, momentos! E assim começo esta seção de agradecimentos, agradecendo por mais um ciclo, mais uma fase, mais um momento que se conclui na minha pequena e longa jornada com uma mistura de “The Happiest Year(s) of My Life” com “idontwannabeyouanymore”.

Primeiramente, por mais que possa parecer egoísta, mesmo não sendo a intenção, gostaria de agradecer a mim! Por a força e coragem de estar aqui, de todas as escolhas que fiz que culminaram no ser humano que sou hoje e no desenvolvimento alcançado junto a vários outros pilares que falarei mais a frente, e também gostaria de pedir desculpas a mim, por todas as vezes que me senti mal por não alcançar as próprias expectativas que criei.

Agradecer a grandes pilares e bases para meu caráter, minha família, somos em 6, minha mãe: Flavia Maria Alexandre, meu pai: Roberto Rodrigues de Lima, minha irmã: Michelle Alexandre de Lima, e meus dois irmãos Roberval e José Roberto Alexandre de Lima (e eu, o primeiro e único graduado até o momento). Eles me ajudaram imensamente, nunca pudemos ter muito, as vezes não o suficiente, mas vivos e fortes sempre fomos!

Aqui faço palavras especiais a duas dessas pessoas, que hoje consigo enxergar todo apoio e esforço tanto nos meus estudos quanto em que eu sou, Sra. Flavia Maria Alexandre, Dona Lela, obrigado por tudo, deixou de ter para você pra ter para mim inúmeras vezes, essa vitória será minha e sua, com certeza!

Michele, nem tem o que falar, mulher guerreira e a primeira que me apoiou “dos de casa” quando resolvi começar a expressar minha sexualidade, lembro bem de você me dizendo “se for preciso, sai eu e você para uma casa se não lhe aceitarem”, obrigado, a você e agora ao senhorzinho, meu querido sobrinho, L. Gabriel.

Agora, como passar por isso sem mencionar outras grandes presenças na minha vida, como dizem, família não é só de sangue.

De antemão, agradeço ao meu orientador que aceitou esse desafio, mesmo não sendo meu professor de fato, quando alguns correram ele aceitou e me deu autonomia, espaço e orientação para que eu pudesse estar aqui, escrevendo e o agradecendo.

Também agradeço as professoras que aceitaram estar na banca, Kelly Soares e Carla Mailde, agradeço de antemão a oportunidade e privilégio de poder ter vocês como avaliadoras e suas contribuições para o amadurecimento de minha pesquisa.

Tenho amigos de longa data, mas especialmente presentes que recebi no decorrer desta caminhada que preciso comentar a Dayane Silva, Giselle Borda e Victoria Beatriz Aleixo, o GSP, amo vocês imensamente, tristezas, alegrias, piadas e trabalhos juntos a aguentarem minhas loucuras e reclamações, vocês foram anjos advindos deste período que pretendo carregar eternamente!

Nomes como Bianca Silva, Viviane Alexandre, Victor Hugo, Paulo Victor, Amanda Cariri e Alana Cariri, Emanuelle Marajá, Cassio, Itana Pereira, Amanda Maila entre outros que acompanharam essa jornada universitária em partes ou totalmente, mas sempre me deram ouvidos e me incentivaram até com o tema de pesquisa que agora concluo com muito orgulho no coração, vocês são imensamente importantes para mim com eternos caminhos à frente.

Quando falo em suporte aos temas suporte como amigos, no choro, nas reclamações e incentivos e exemplos a ser seguidos nesta graduação e futuramente com certeza, deixo nomes aqui gravados a quem sou grato, Debora Rodrigues (altas madrugadas compartilhando lágrimas) e Tais da Costa, suporte a minha jornada.

Os colegas do período 2018.1 que não citei nomes, sucesso a todas e todos, foram momentos compartilhados, parte de nossas vidas juntos em momentos dos mais diversos sentimentos.

Aos colegas do PET Gestão Pública, obrigado por todo o conhecimento e experiência compartilhados, foram momentos marcantes de contribuições inexplicáveis para meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico, junto a isso, um gancho ao meu Professor e Tutor do PET e Grupo de Orçamento, Luiz Antônio, ensinamentos e *feedbacks* e que só agregaram, e novamente, a vocês sou imensamente grato.

Colegas e Professores do GEPCI, meu muito obrigado por as experiências e aprendizados!

A UAGESP, unidade a qual me formo e me despeço (espero que até mais, quem sabe não volto para uma pós), crescimento e agradecimento a este tempo vinculado junto a vocês, me fizeram amar o campo de públicas e a gestão pública.

Aqui termino meus agradecimentos, meus profundos obrigados, este trabalho é parte de mim, não só por tempo e esforço, mas por o tema, por identificação, por paixão ao que escrevi aqui, não é o meu trabalho, é a luta de um movimento, a voz de muitxs. Mesmo quase desistindo no início por não ter uma luz, o orgulho de dizer isso hoje é imensurável. #ORGULHO

“Presentemente eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto, são, e salvo, e forte
[...] Eu sonho mais alto que drones”
AmarElo – Emicida, Majur, Pabllo Vittar

“Se recebo dor Devolvo amor
Se recebo amor
Devolvo amor
E quanto mais dor eu recebo
Mais percebo que sou indestrutível”
Pabllo Vittar - Indestrutível

Tarlan Alexandre de Lima

23/05/2021

RESUMO

O presente artigo trabalha umas das facetas da gestão pública, as políticas públicas - que são as ações do Estado para seus representantes e alinha essa discussão à população historicamente marginalizada, a população LGBTQIA+. Procurando realizar o levantamento de todas as políticas públicas e ações direcionadas para a população LGBTQIA+ junto à divisão das ações focadas em cada “letra” da sigla no estado da Paraíba (Brasil) entre o período de 2003 e 2020. Além da realização deste levantamento, procura-se analisar os dados de mortes violentas a membros da população durante os anos de 2017, 2018 e 2019 no Estado, usando como base os dados disponíveis por Grupo Gay da Bahia; e a visibilidade dos indivíduos na sobre elas. Usando como forma para alcançar os objetivos alinhados a uma pesquisa qualitativa e descritiva junto à aplicação de questionário com os moradores da cidade de Sumé – PB, e dados secundários para as mortes violentas e dados e dados primários para a cidade de Sumé. A pesquisa resultou em que, há sim bastantes políticas expressas, mas elas não são efetivas, pois os dados de mortes violentas trazem a Paraíba como o 5º Estado no *ranking* dos últimos três anos feitos com base nos dados do GGB, ocorrendo principalmente nos grandes centros do Estado, fazendo com que os munícipes não conheçam alguns dos aparelhos e a divisão das políticas entre as letras serem apenas focadas em duas partes: geral para os membros da comunidade e para pessoas Trans e Travestis.

Palavra-chave: políticas públicas; LGBTQIA+; Paraíba.

ABSTRACT

The current article works on one of the facets of public management, public policies - which are the actions of the State for its representatives and aligns this discussion with the historically marginalized population, the LGBTQIA+ population. Seeking to carry out a survey of all public policies and actions directed towards the LGTBQIA+ population along with the division of actions focused on each "letter" of the acronym in the state of Paraíba (Brazil) between the period of 2003 and 2020. In addition to conducting this survey, it seeks to analyze the data of violent deaths to members of the population during the years 2017, 2018 and 2019 in the state, using as a basis the data available by Grupo Gay da Bahia; and the visibility of individuals in the about them. Using as a way to achieve the objectives aligned to a qualitative and descriptive research along with the application of questionnaire with the residents of the city of Sumé - PB, and secondary data for the violent deaths and data and primary data for the city of Sumé. The research resulted in that, yes there are plenty of policies expressed, but they are not effective, because the data of violent deaths brings Paraíba as the 5th state in the ranking of the last three years made based on the GGB data, occurring mainly in the large centers of the state, causing the townspeople do not know some of the devices and the division of policies between the letters are only focused on two parts: general for members of the community and for Trans and Transvestite people.

Keyword: public police; LGBTQIA+; Paraíba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Ações Políticas expressamente LGBTQIA+ no Estado da Paraíba.....	28
Quadro 2 -	Leis Estaduais LGBTQIA+.....	30
Quadro 3 -	Decretos LGBTQIA+ no Estado da Paraíba.....	32
Quadro 4 -	Medidas Provisórias LGBTQIA+.....	33
Quadro 5 -	Portarias LGBTQIA+.....	33
Quadro 6 -	Mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil.....	34
Quadro 7 -	Mortes LGBTQIA+ totais por Região no Brasil.....	34
Quadro 8 -	Mortes violentas de LGBTQIA+ no Nordeste nos anos 2017, 2018 e 2019 (Taxa por 100.000 hab).....	35
Quadro 9 -	Políticas LGBTQIA+ de conhecimento dos colaboradores e compartilhado no questionário.....	40
Quadro 10 -	Visão dos colaboradores sobre a gestão municipal para a população LGBTQIA+.....	42
Quadro 11 -	Como indivíduo LGBTQIA+, se sente seguro em Sumé/PB?.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Idade dos colaboradores.....	36
Gráfico 2 -	Localidade dos colaboradores.....	37
Gráfico 3 -	Grau de Escolaridade.....	37
Gráfico 4 -	Identidade de Gênero dos colaboradores.....	38
Gráfico 5 -	Orientação Sexual dos colaboradores.....	38
Gráfico 6 -	Ouviu algo sobre Políticas Públicas VS Sabe o que são Políticas Públicas.....	39
Gráfico 7 -	Conhece alguma Política Pública LGBTQIA+.....	39
Gráfico 8 -	Percepção da Sociedade do Município (Sumé/PB) sobre ações LGBTQIA+.....	41
Gráfico 9 -	Já teve contato ou foi assegurado por alguma Política Pública LGBTQIA+?.....	42
Gráfico 10 -	Quais políticas conhecem?.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, <i>Queers</i> , Intergênero, Assexuais e Simpatizantes
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMDH	Secretaria do Estado da Mulher e Diversidade Humana
GGB	Grupo Gay da Bahia
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPs	Políticas Públicas
STF	Supremo Tribunal Federal
GGB	Grupo Gay Brasil
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
AGBLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIC-PB	Sistema de Informações ao Cidadão – Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO LGBTQIA+.....	16
2.1	DA <i>PUBLIC POLICY</i> ATÉ AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2	DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	18
2.3	ENTENDENDO A SIGLA E AS LETRAS.....	20
2.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+, DO BRASIL AO REFLEXO PARAIBANO.....	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1	CAMPO DE PESQUISA.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES LGBTQI+ NO ESTADO DA PARAÍBA.....	27
4.2	DADOS DE VIOLÊNCIA LGBTQIAFÓBICA NA PARAÍBA.....	33
4.3	PESQUISA NA CIDADE DE SUMÉ.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICE.....	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo avaliar os impactos das políticas públicas estaduais da Paraíba voltadas para a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travestis, *Queers*, Intersexuais, Assexuais e Simpatizantes (LGBTQIA+) entre os períodos de 2003 e 2020.

Para embasar a pesquisa faremos inicialmente um passeio por conceitos fundamentais: 1. Políticas Públicas; e, 2. LGBTQIA+.

A política pública é uma resposta arbitrária a um problema coletivo que se dá pela existência de um empecilho surgido de uma passividade ou atividade de alguma entidade ou grupo, como uma ação que gerou tal divergência social incorporada para resolver com intencionalidade pública determinados problemas públicos (SECCHI, 2012). Criada com propósito público e juntamente a uma Gestão Pública, o Brasil enfrenta problemas nas questões de aplicação e efetividade das políticas e na gestão que comprometem as tomadas de decisões, ou em certos casos, de serem criadas ações.

Na questão da população e de sua visibilidade na sociedade, não é difícil ouvir variações da sigla ao se referir a ela (LGBT, LGBT+, LGBTI, LGBTQIA+, etc.), isso acontece devido a uma procura por inclusão das identidades de gênero e orientações sexuais. Neste trabalho, atenta-se ao uso da sigla LGBTQIA+, justamente no intuito de inclusão.

A sigla retrata tanto Identidades de Gênero como Orientações Sexuais pertencentes a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Travestis, *Queer*, Intergênero, Assexual e o “+” para outras identidades, orientações e simpatizantes.

No campo das políticas públicas voltadas para comunidade LGBTQIA+ pode ser separado em dois momentos: o primeiro, ocorrendo nos anos 1980-90 com o surgimento da epidemia da AIDS no Brasil; e o segundo, mais expressivo, começa em 2003, a partir do mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva dos Partido dos Trabalhadores (PT), que traz consigo uma agenda expressiva com termos de Identidade de Gênero e Sexualidade (FEITOSA, 2017).

No Estado da Paraíba, o órgão responsável pela pasta de Direitos LGBTQIA+ é a Secretaria do Estado da Mulher e Diversidade Humana (SEMDH). A Paraíba é um dos Estados Brasileiros com mais políticas desenvolvidas para o grupo LGBTQIA+ no país, de acordo com a SEMDH e que com a pesquisa se constatou a existência de 25 ações normativas expressas e 20 políticas. Porém, ressalta-se que o país não é exemplo nesta temática “nunca se teve tanto (políticas públicas) e o que há é praticamente nada” (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 425).

De acordo com Grupo Gay da Bahia (GGB)¹, o Estado encontra-se na região mais violenta para membros da comunidade do Brasil, a Região Nordeste, e é o 5º mais violento presente nela, mesmo com o apoio ao tema diversidade por parte dos governantes em nível estadual, precisa-se procurar entender o porquê de tanta ocorrência negativa, mesmo com o fomento de políticas públicas a respeito do tema.

Na problemática da pesquisa, procura-se entender quais são as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado da Paraíba para que assegure, proteja e desenvolva a inclusão e os direitos da população LGBTQIA+ e como elas são aplicadas no Estado e difundidas entre a comunidade para que se garanta a sua maior eficiência?

O objetivo geral deste trabalho é levantar e comparar o conhecimento dos indivíduos LGBTQIA+ da cidade de Sumé com as políticas públicas estaduais da Paraíba voltadas para a população LGBTQIA+, no período entre 2003 e 2020. E circundando a esse objetivo, tornam-se primordiais objetivos específicos a seguir:

- a) Examinar se as políticas públicas do Estado da Paraíba para a população LGBTQIA+ atingem todas as “letras” grupo;
- b) Evidenciar os dados da violência homofóbica no Estado da Paraíba no período entre 2003 e 2020;
- c) Verificar o grau de conhecimento da população LGBTQIA+ em Sumé a respeito das políticas públicas voltadas a elas.

Com bastante foco na pauta da discussão sobre diversidade sexual no cenário social brasileiro, observam-se figuras influentes fundindo ao seu discurso questões que vão contra a liberdade e individualidade de cada um. O debate sobre as minorias tem (mesmo que lentamente) se incorporado a Gestão Pública e as Políticas Públicas, áreas que trabalham diretamente e integralmente para o bem comum da sociedade civil.

A Gestão Pública é a “ferramenta contemporânea” para gerir o Estado, usada pelos governos com o foco em organizar e trabalhar para o interesse comum da população, sem permitir que interesses particulares se sobreponham ao bem maior da população (WILSON, 1885 apud GIOVANNI, NOGUEIRA, SARAVIA. 2018, p. 408), e com o seu termo (*Public Management*) surgindo a partir da evolução da Administração Pública. Garantir o interesse de todos se traduz como os governos devem procurar a inserção de seus indivíduos em sua agenda

¹ O Grupo Gay da Bahia é a ONG mais antiga no Brasil que se encarrega de recolher dados sobre crimes de LGBTQIAfobia no Brasil, na ausência de mecanismos oficiais dos governos para contabilizar os crimes o GGB trabalha principalmente com notícias dos mecanismos de imprensa nacionais.

e assegurar o bem dos grupos da sociedade, desta forma se faz necessário realizar uma Gestão Pública eficaz e de qualidade a partir das demandas dos habitantes.

A temática é inseparável ao Estado quando se observa uma rispidez à existência de tais minorias, como define Young (2006, p. 169) “Grupos culturais minoritários e aqueles situados em posições raciais desvalorizadas também costumam carecer de voz política efetiva”, criando-se assim o que se chama de problema público.² Trata-se de um combate à desigualdade e ao preconceito de um grupo historicamente marginalizado.

Mesmo após conquistas importantes mais recentes em ordem internacional recentes, a exemplo, a Homossexualidade ser retirada da lista de Doenças pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990 e a Transgeneridade da lista de distúrbios de personalidade apenas em 2015.

E em âmbito nacional como: o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, pessoas Trans poderem alterar seu nome e sexo nos documentos (2018), e o mais recente, o reconhecimento da homofobia como crime enquadrando-o como crime de racismo em 2019, ainda temos grandes empecilhos e atrasos sobre o assunto dentro do nosso país, de acordo com GGB, no ano de 2019 foram 329 mortes violentas por LGBTQIAfobia no país, que faz com que sejamos o país que mais mata indivíduos da população LGBTQIA+ no mundo, em média uma morte a cada 26h.

Surgindo em concomitante a inquietude sobre como e se os indivíduos LGBTQIA+ têm conhecimento sobre as políticas públicas direcionadas a eles. Devido a fatores que circulam ao redor de uma pessoa LGBTQIA+ pelo processo de aceitação, os preconceitos, o medo de que podem causar distanciamento dos estudos, por exemplo, como no caso de Mulheres Trans que possuem uma taxa de 90% delas estarem na prostituição por não terem outra opção de trabalho na sociedade, aceitação e representatividade em ambientes mais tradicionais e comuns (G1, 2018).

No caso paraibano está entre um dos com mais políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil, mas de acordo com o Grupo Gay Brasil (GGB) em 2019, ele estava empatado com o Maranhão (8) em mortes violentas e atrás de outros 11 Estados com menos políticas públicas no país, levantando o questionamento sobre como funciona o cenário destas políticas.

Como integrante da comunidade LGBTQIA+ e estudante de Gestão Pública, os temas são de grande interesse e inseparáveis dos ideais e formação, e assim, observando a distância

² De acordo com SECCHI (2010): “Para um problema ser considerado ‘público’, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas”. Seria a divergência “negativa” no *status quo*, a lacuna entre ele e o ideal.

que a Gestão Pública tem para com o tema, as conquistas bastantes recentes para a comunidade e uma sociedade ainda dominada por questões patriarcais e pautas estipuladas por representantes do poder como algo erguido sob ideais preconceituoso e binários³, que afetam a liberdade de ser.

Tendo de forma bem explícita os direitos inerentes a todos os cidadãos, direitos fundamentais, desde os mais conhecidos presentes no Art. 5º, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como os direitos sociais (Art. 6º-11º), de nacionalidade (Art. 12º-13º) e os políticos (14º-16º), mas que são negados em casos apenas por terem nascido diferentes do que foi feito com o processo de normalização da heterossexualidade cisgênero⁴.

Por isso, trabalhar as políticas públicas para a população LGBTQIA+ torna-se importante à medida que temos que garantir os direitos individuais, civis e humanos a todos, todas e todas para diminuir as desigualdades entre todos os grupos, trabalhar para a população significa respeitar a diversidade, propiciar igualdade e garantir direitos aos marginalizados, e também incentivar e fazer com que seja de conhecimento e acessibilidade as ações para efetivar e melhorar as já implantadas e as que irão por vir.

³ Binário: o termo se refere à área da computação que simboliza o que se chama de sistema binário, um sistema baseado em dois números (0 e 1). Para os estudos de gênero, binário possui o mesmo sentido de “dois” (como o prefixo “Bi” sugere), mas é direcionado para uma visão restringida de “apenas homem e mulher”.

⁴ Cisgênero – Pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer de acordo com seu órgão genital (Homem Cis, Mulher Cis).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO LGBTQIA+

Nesta seção serão discutidos e revisados materiais teóricos já produzidos sobre os temas abordados neste trabalho (Políticas Públicas, Gênero e Sexualidade); iniciando pela revisão e reflexão a respeito das políticas públicas (seu surgimento e a desenvolvimento de seu significado); passando para os debates sobre os conceitos de gênero e sexualidade; para prosseguir e debater sobre o significado da(s) sigla(s) que representam a comunidade; e por fim desta seção, chegarmos ao ponto em que será visto as políticas públicas LGBTQIA+ no Brasil e no estado da Paraíba.

2.1 DA *PUBLIC POLICY* ATÉ AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As Políticas Públicas (PPs) surgem por parte dos governos para a sociedade e existindo em concomitante, pois, todo governo realiza sua função, suas ações, ou seja, todo governo faz políticas públicas. Academicamente falando, a palavra Estado (com o E maiúsculo) só foi usada a primeira vez por Maquiavel em sua obra “*O Príncipe*”, em 1515 (ano de publicação da obra), definindo-o todo domínio (força) que tem império (autoridade) sobre o indivíduo (RAMOS, 2012).

Diferentemente do Estado, as políticas públicas em sua definição e surgimento se atardam mais ao surgimento de seu termo. Começando apenas nos anos 1950, nos Estados Unidos, por influência do surgimento das *policy science* (ciência política) por Harold Lasswell (1951), neste momento não se tinha o termo definido, mas estava-se começando a ter o entendimento e ideia sobre o que futuramente seria o que se conhece como *public policy* (política pública) em 1975, com o também cientista político, Thomas R. Dye (BRASIL, CAPELLA. 2016, p. 74).

Dye traz consigo uma definição bem clara e simplificada do que seriam as políticas públicas, porém pioneira, definindo-as como:

Políticas Públicas são qualquer coisa que os governos escolham ou não fazer. Governos fazem muitas coisas. Eles regulam conflitos com a sociedade; organizam a sociedade nos conflitos com outras sociedades; distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais para membros da sociedade; e tiram dinheiro da sociedade, a maioria deles em forma de impostos. Portanto, políticas públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair impostos [...] (DYE, 2013, p. 3, tradução nossa).

Com sua definição similar as políticas públicas como ações governamentais para o bem comum (ou as não-ações), tudo pensado e feito de uma forma não direta para a sociedade e com teor não tão positivo do ponto de vista dos indivíduos (medidas impopulares), deixando à deriva o fato de ser ou não uma medida tida como popular ou impopular. Preservando ainda a ideia do monopólio legítimo da força por parte do Estado, como diria o viés da filosofia política, *o poder último*⁵.

Já Castro, Gontijo e Amabile, em sua obra “Dicionário de Políticas Públicas”:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório com posto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório [...] são a concretização da ação governamental. (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012, p. 390).

Contemporaneamente o sentido das políticas públicas como ação continua sendo inserido, porém, aprimorado para se adequar cada vez mais às sociedades e suas demandas, como visto na discussão de o que são (ações ou até não-ações governamentais) e de onde partem tais (quem faz política pública) elevando o sentido mais de decisões estratégicas.

Outro ponto consequente desse refinamento em seu conceito são “os atores” das políticas, que passaram a ter os indivíduos da sociedade como atores devido a fatores de incentivo à participação social no país, especialmente (e de forma mais formalizada) pós-constituição de 1988, que possuem mecanismos constitucionais de incentivo à participação social, que traz consigo, o ponto de vista de quem é realmente foco das ações governamentais.

Nas questões de atores das Políticas Públicas, Secchi (2012, p. 2) traz dois vieses principais para debater o assunto, são as abordagens estatista (*state-centered policy-making*) e a multicêntrica sobre as elaborações das PPs. A primeira, estatista, reserva em si que apenas ações advindas do Estado podem ser definidas como uma “Política Pública”, uma visão única e baseada na ideia de que tudo produzido pelo Estado é público e procura o interesse Público; e a segunda, multicêntrica, sai deste caminho de apenas atores estatais e dá espaço para o que levará uma Política a ser “Pública” é o problema que ela procura solucionar, caso seja um

⁵ A teoria do *poder último* é umas das quatro definições/visões da Filosofia Política, a visão mencionada se trata da “Separação-Convergência”. Sua definição se baseia na procura pela legitimação do Poder, uma explicação para quem exerce o Poder e o porquê. A análise por este viés acontece de uma forma mais real, analisando os reais fatores do Poder.

problema de interesse comum público, ela pode ser considerada independentemente dos autores deixando aberto para as pessoas jurídicas de direito privado e interesse público serem autores.

No caso brasileiro, ocorre nas arenas políticas um constante “cabo de guerra legal” (interesses conflitantes) entre grupos (partidos políticos) para conseguir atingir os seus interesses e de seus representados, que realçam as especificidades do sistema Presidencialista de Coalizão onde cooperam para alcançar seus “fins comuns” vinculados ao bem comum dos cidadãos (DOWNS, 2013, p. 46; CABRAL, 1999 apud LIMA, 2017, p. 99). Assim, as políticas públicas em casos, estão sujeitas ao jogo político e a quem mais possui representação e demanda dentro dos campos decisórios das PPs, maiorias parlamentares, por exemplo, tem poder maior na representação de grupos, e, conseqüentemente, na aprovação de políticas para seus representados.

Como observa Feitosa:

As administrações do PT nos mostraram, fundamentalmente, que a luta por políticas públicas, no modelo vigente do sistema político brasileiro, requer a ocupação tanto dos espaços participativos convocados pelos governos quanto por fora das estruturas do Estado, nas ruas. (FEITOSA, 2017, p. 72).

A luta por interesses ultrapassa a esfera das arenas (institucionalizadas) e se amplifica para os integrantes da sociedade que procuram e demandam seus direitos. A ação deve ocorrer nas ruas (*bottom-up*), a demandar de seus representantes para que o papel que lhes foi confiado na vida pública seja efetivo.

2.2 DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Outras questões que requerem ser pautadas e entendidas durante o processo são os conceitos de Gênero e Sexualidade para prosseguir aos assuntos de Identidade de Gênero, Orientação Sexual, e Expressão Sexual, esses três últimos necessita-se dizer que são independentes entre si, ou seja, não possuem relação de causalidade sobre se identificar com tal identidade levará você automaticamente a ter determinada orientação e se expressar de tal forma, não! São fatores independentes para acontecer.

De acordo com o Manual Orientador sobre Diversidade do Ministério dos Direitos Humanos (2018), gênero significa:

[...] o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como define as ciências biológicas. Nos estudos biológicos, o conceito de gênero é um termo utilizado na classificação científica e agrupamento de organismos vivos, que formam um conjunto de espécies com características morfológicas e funcionais, refletindo a existência de ancestrais comuns e próximos. Gênero é uma categoria de análise das relações histórico-sociais, é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é um primeiro modo de dar significado as relações de poder [...]" (BRASIL, 2018, p. 10).

Gênero transpassa as ideias e as construções sociais binárias de masculino e feminino, ou seja, o gênero é uma construção cultural que se altera, mas que foi e é moldada como ferramenta para os abusos e justificativas da supremacia da cisheteronormativa⁶. Como ocorre de o homem, hetéro (orientação sexual que será vista posteriormente) com características tidas como masculinas ser visto como patriarca e chefe de organizações que faz parte, tendo qualquer um que saia desta “norma” sofrer qualquer tipo de preconceito.

A sexualidade é outra faceta da discussão, tida como:

Sexualidade é uma necessidade de receber e expressar afeto e contato, que traz sensações prazerosas para cada um. [...] pode ser focada de diversos aspectos: Sexo biológico-reprodutivo: com o intuito puramente reprodutivo (homem, animais e plantas); Sexo em nível psicossocial: diferenças sociais entre os sexos feminino e masculino. O homem é educado para ser dominador, forte e a mulher para ser dominada, frágil, isso é denominado “sexismo”. [...] é qualquer manifestação de afeto e prazer [...] carregada de valores morais, determinados e determinantes do comportamento, usos e costumes sociais. (BRASIL, 2018, p. 9).

Sexualidade trata-se da expressão dos prazeres de cada indivíduo, rodeado pelos campos da biologia e da psicologia. Também trabalhadas como relações sociais e o indivíduo como sujeito social exposto a tais fatores torna-se influenciado para caber em determinados “padrões socialmente pré-estabelecidos”, semelhante ao conceito do que ocorre com o Gênero (moldável, flexível a costumes e culturas).

Em questões também trabalhadas sobre construções flexibilidade da sexualidade (e porque não, também de gênero), Trevisan conclui que:

Não existem objetos sexuais determinados de modo *absoluto* pela natureza, nem mecanismos culturais que compartimentalizem de modo *insuperável* o desejo: este se inclina num movimento de polivalência pendular e mutabilidade básica dos indivíduos, além das ideologias que procuram estabelecer padrões e normas sobre a natureza. (TREVISAN, 2018, p. 34).

⁶ Cisheteronormativa ou Heterocisnormativa são termos usados para definir a imposição subjetiva (ou não) da normatização dos “bons costumes” – o conservadorismo – da família tradicional.

Ao dar este “ultimato” sobre o assunto, o autor encerra o pensamento acerca dos vários esforços para definir a origem e o porquê da homossexualidade, que passa por estudos (impregnados da ideia de “naturalização/normalização de um gênero, uma identidade sexual”) desde os cromossomos “guei”, circunstâncias patológicas e o modelo de marca epigenética (sensibilidade à testosterona em fetos) (TRESIVAN, 2018. p. 29-33).

A partir desses conceitos, podemos avançar para a Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Expressão Sexual e quais são elas. Ainda seguindo o Manual orientador sobre a diversidade sexual, todos esses conceitos são abordados, sendo:

a) 1. A “Identidade de Gênero” se dá por a construção social de cada um, sendo moldável de acordo com o identificar de cada ser humano com o seu gênero - o gênero que se identifica – como a exemplo: cisgênero, transgênero, agênero (não-binário), e travestis;

b) 2. “Orientação Sexual” é a ação de sentir atração afetivossexual por os gêneros, definida de forma involuntária (você nasce assim) e que pode ser inúmeras que serão citadas mais à frente; gay, lésbica, bissexual, assexual, pansexual, demissexual etc.

c) e a 3. Expressão de Gênero, que é a forma na qual o indivíduo prefere expressar-se para o mundo, seja de uma forma tida mais como feminina ou masculina, bem como, de formas que não se encaixam dentro dessa construção binária.

2.3 ENTENDENDO A SIGLA E AS LETRAS

Para se entender o que é tratado e focado nos assuntos das Políticas Públicas para a população LGBTQIA+, se faz preciso saber quem são os membros que representam “cada letrinha” da comunidade. Inicialmente, ao procurar sobre o assunto não se é difícil ler ou ouvir pessoas falando diversas siglas voltadas à comunidade, seja LGBT, LGBT+, LGBTTT, LGBTQI+ entre várias outras formas de se referir aos indivíduos destas populações.

Como a I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008 considerou a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) a mais adequada, também pelo sua já disseminação e uso nos movimentos, mas não exclui ou trata as outras usadas por os indivíduos. Mais variantes procuram trazer um papel mais inclusivo e atualizado, como com pessoas *Queers* (Q), Intersexuais (I), Assexuais (A) e o “+” para os não-postos na sigla, o que ocorre na sigla LBTQIA+ (sigla adotada para este trabalho) (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 15).

Ressaltando que, o termo “Gays, Lésbicas e Simpatizantes” (GLS) comumente usado para se referir, foi criado em 1992 e tem um teor mercadológico, sua criação foi feita na época especialmente para produtos voltados para os integrantes da comunidade, bem como por possuir

um caráter exclusor, como considerado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (AGBLT), lembrando que as siglas carregam consigo tanto as representações sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

As Identidades de Gênero são como as pessoas se identificam em relação ao seu gênero, elas são em relação à Identidade podendo ser: Cisgênero, que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído (Homens Cis e Mulher Cis); Transgênero não se identifica com gênero que lhe foi atribuído (Mulher Trans e Homem Trans, Trans Não-Binário); Agênero ou Não-Binário que não se identificam com as concepções binárias de homem e mulher; Intergênero são pessoas que nasceram com características biológicas tanto masculinas quanto femininas (desde ordem cromossômica até as genitálias formadas); e as Travestis, são pessoas que vivem os papéis do gênero feminino, não sendo necessariamente homem e mulher, como um terceiro gênero (HIRD, 2000; JESUS, 2012; BRASIL, 2018).

No que tange a Orientação Sexual, encontram-se inúmeras delas, a exemplo: Heterossexuais, pessoas atraídas pelo sexo oposto; Homossexuais, pessoas atraídas pelo mesmo sexo (termo se aplica tanto à mulher quanto ao homem); Bissexuais, pessoas atraídas pelos dois gêneros (homem e mulher); Assexuais, pessoas que sentem atração afetiva/romântica por outras, mas não sexual; Pansexual, sentem atração por qualquer por uma pessoa, independentemente de seu gênero (SIMÕES E FACCHINI, 2009; JESUS, 2012; BRASIL, 2018).

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+, DO BRASIL AO REFLEXO PARAIBANO

Ao tratar a comunidade LGBTQIA+ e toda sua luta pela conquista de seus direitos é inevitável mergulhar no local onde eles são legitimados e garantidos normativamente. As Políticas Públicas são uma ferramenta de extrema importância para trabalhar, assegurar e conseguir chegarmos o mais perto possível da igualdade.

Como defende Young (2006, p. 175): “cada grupo tem participações diferentes sobre os demais, e compreensões diferentes sobre a história e a configuração atual das relações sociais”. Não sendo diferente na construção e relação dos indivíduos da comunidade, as relações, especialmente com o Estado, foram (praticamente) inexistentes até a década de 1980, que afetaram diretamente na tardia participação e representação de suas políticas.

Quando observamos o caso do Brasil e a luta pelos reconhecimentos dos direitos das pessoas da comunidade, “o pontapé inicial” para as discussões mais incisivas entre Estado e os LGBTQIA+ foi devido à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (como pejorativamente

neste tempo ficou conhecida a “peste gay”, “o câncer gay”) durante a epidemia de AIDS (1980). Este terrível acontecimento foi marcado por um grande desafio para o Movimento, causando declínio dos militantes devido a ser o principal grupo acometido, devido ao vírus está se espalhando principalmente entre os membros da sociedade, falta de assistência do Poder Público, ataques da mídia, da sociedade e negligência até de hospitais que não aceitavam pessoas infectadas ou com suspeitas da doença. (FEITOSA, 2017, TREVISAN, 2018).

Como afirma Feitosa (2017, p. 62) em sua obra “Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil” “[...] apesar de várias demandas empunhadas pelo ativismo homossexual, pode-se afirmar que foi a epidemia da AIDS que levou o Movimento a interagir com o Estado em busca de respostas estatais para combater a doença”. O debate e as primeiras políticas, recursos, projetos (que carregavam foco na comunidade no país) e adesão da comunidade científica para estudar e lutar contra a epidemia e mostrou práticas preconceituosas para com membros destas comunidades, saindo do clandestino para o início do debate legal e público (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 134-135).

Foi apenas no início dos anos 2000 que se foi dado o verdadeiro pontapé inicial para o fortalecimento e criação de forma expressa das Políticas Públicas para estas populações.

Para Mello, Avelar e Maroja

[...] o entendimento de que, apesar de uma relativa abundância de documentos governamentais e de eventos que proporcionam interlocução entre governo e sociedade civil, o grande desafio é transformar as incipientes políticas públicas, gestadas ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2004, em efetivas políticas de Estado, que não estejam à mercê da boa vontade de governantes e das incertezas decorrentes da inexistência de marco legal de combate à homofobia e de promoção da cidadania LGBT. (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 289).

De acordo com Melo, Avellar e Maroja (2012), mesmo com políticas expressamente criadas para atender ao público da comunidade LGBTQIA+ a partir do ano de 2003 com o Governo Lula (consequentemente levou aos entes estaduais também começarem suas políticas), entretanto, falta um compromisso efetivo com as causas e demandas para que seja fortalecida/aprimorada a frágil conjuntura existente das Políticas Públicas para este público.

Como um dos principais atos voltados para comunidade, pode ser visto na ação de nível nacional como Plano Nacional de Direitos Humanos – 2 (PNDH-2).

Sobre ações para a comunidade, Mello, Brito e Maroja também apontam outras que merecem atenção especialmente a partir de 2004:

[...] *Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual*, em 2004; realização da *I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, com o tema *Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, em 2008; lançamento do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT*, 2009; publicação do decreto que cria o *Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3*, 2009; criação da *Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT*, no âmbito da *Secretaria de Direitos Humanos*, 2010; e implantação do *Conselho Nacional LGBT*, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil. (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 408-409).

Outras conquistas importantes, já dentro do Poder Judiciário são de 2013, a resolução aprovada que reconhece o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e em 2019 com o reconhecimento dos crimes Homofobia e Transfobia enquadradas como crime de racismo. Todas as políticas mapeadas são de ação dos Poderes Executivo e do Judiciário, e sem ação do Poder Legislativo que tem em sua função primordial de legislar, o criar leis, sendo esse um mecanismo normativo extremamente importante para solidificar direitos. Apesar de tudo, ainda é tardio se considerar que, a primeira ação expressa para a comunidade não completa nem duas décadas.

A questão do legislativo não legislar para o grupo de pessoas LGBTQIA+ diferentemente do que se ocorre para outras minorias como as mulheres, os negros e índios, demonstra uma possível repulsa ao que é visto como “ataque a família tradicional” por questões como a Identidade de Gênero e a Orientação Sexual (além do mais, temos uma bancada evangélica no Congresso Nacional, com poder de decisão bem significativa, expressamente conservadora e contra a diversidade justamente por este motivo) (NASCIMENTO, 2019, p. 12).

O caso do Estado da Paraíba é algo semelhante ao que ocorre no que se refere ao Ente Federativo sobre os anos de desenvolvimento sobre a temática. O órgão responsável pela pasta no estado é a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), criada em 2011 e tem como objetivos orientar, acompanhar, apoiar e coordenar as políticas públicas da pasta.

De início pode-se destacar algumas ações voltadas para a comunidade LGBTQIA+⁷ (esta parte será aprofundada na seção 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES):

⁷ As informações a seguir foram obtidas a partir de uma solicitação de informação feita à SEMDH por meio do e-SIC-PB no dia 23/12/2019 e atendida dia 03/01/2020 e o relatório constará no Anexo 1.

1. O “Espaço LGBT”, um equipamento de políticas que disponibiliza serviços de atendimento jurídico, psicológico e serviço social para o combate à LGBTQIfobia, contando com centros na cidade de João Pessoa (2011) e em Campina Grande (2018).

2. O “Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba” em parceria com a Secretaria de Saúde para prestar atendimentos de saúde integral para indivíduos da comunidade dos municípios paraibanos e de outros Estados;

3. A “II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba”, em 2011, para trabalhar os assuntos ligados ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT na Paraíba;

4. A “III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba”, em 2016, neste, o foco foram a avaliação das políticas públicas LGBT e traçar planos e estratégias para o combate a LGBTQIfobia;

No que tange a discussão de Leis para a Comunidade, o Estado da Paraíba é um dos estados brasileiros com mais políticas para estes indivíduos, e nos atores delas, conseguimos ver já uma diferença em relação ao que acontece na Esfera Federal, a primeira Lei implementada foi por parte do Legislativo Estadual, a Lei n. 7.309 de 10 de Janeiro de 2003, que proibia a discriminação de pessoas por base de sua orientação sexual entre outras providências (que foi posteriormente atualizada pela Lei 10.909 de 09 de Junho de 2017, que inclui a proibição por Identidade de Gênero e outras providências). Também existindo Decretos, Medidas Provisórias e Portarias também voltadas para a comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Fez-se uso da pesquisa bibliográfica para trabalhar a literatura a respeito dos principais temas abordados como as políticas públicas, a comunidade LGBTQIA+ e o entendimento sobre ela e sua sigla. Sendo para Fonseca (2002, p. 127), a Pesquisa Bibliográfica um estudo do referencial teórico já escrito anteriormente e publicado em fontes confiáveis da internet, livros, revistas etc., entendido como o primeiro passo para toda e qualquer pesquisa a ser produzida.

A abordagem da pesquisa é uma abordagem qualitativa, porque como descreve Costa (2017, p. 38) busca compreender, no caso deste estudo, compreender o processo das políticas públicas voltadas para o público-alvo e as políticas implementadas expressamente para a comunidade, bem como o conhecimento da comunidade sobre elas e como estão distribuídas para cada letrinha.

Alinhado à Pesquisa Descritiva, porque visa descrever a situação e o entendimento do público LGBTQIA+ residente na cidade de Sumé - PB a respeito das ações governamentais voltadas expressamente para os indivíduos do grupo. Como descreve Gil (1999) que diz que as pesquisa descritiva, como o nome já sugere, procura descrever fatos e especificidades de acontecimentos de uma população ou de um fenômeno.

Inicialmente, a pesquisa será embasada com dados sobre as políticas públicas existentes até o período de 2019, constando políticas que foram solicitadas ao órgão responsável pela pasta, a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) – órgão criado no ano de 2011 - por meio eletrônico, o “Serviço de Informação ao Cidadão” (e-SIC-PB) no ano de governo do Estado 2020, contendo todas as ações estatais voltadas para a comunidade. A partir disso, também será usado os dados secundários de mortes violentas contra a comunidade LGBTQIA+ adquiridos a partir do Grupo Gay da Bahia (GGB) e adaptados para a taxa por 100.000 habitantes, como manda a teoria de indicadores sociais.

Para visualizarmos a compreensão da população sobre as políticas públicas LGBTQIA+, será feito a aplicação de um questionário online via Google Formulários que será disponibilizado, contendo perguntas abertas e fechadas com o intuito de se conseguir um maior alcance de público para a pesquisa, para que se consiga uma amostra mais precisa do público-alvo da pesquisa. O questionário será compartilhado por meios de comunicação e mídias sociais, como Instagram e WhatsApp, usando assim, a percepção e conhecimento da população da cidade de Sumé sobre as políticas públicas estaduais e ações municipais, ou seja, a opinião destes cidadãos sobre elas.

Gerando uma forma um tratamento de dados de forma quantitativa, no que se refere a pesquisa realizada no município de Sumé.

E para alcançar e compreender a divisão das políticas públicas entre as comunidades que representam cada letra da sigla LGBTQIA+ da será feito uma análise das políticas e instrumentos normativos disponibilizados pela SEMDH a respeito de como elas tratam e qual a especificidade do público alvo da política.

3.1 CAMPO DE PESQUISA

A Paraíba é um Estado que compõe a Região Nordeste do Brasil, sendo o 21º Estado do país quando se trata de tamanho territorial, de acordo com IBGE possui 56.467,242km² de extensão territorial (2019) e uma população estimada em 4.039.277 de habitantes com uma densidade demográfica de 66,70 hab./km² (2010), possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,658 (2010) e uma renda domiciliar *per capita* no valor de R\$929,00 (2019).

O município de Sumé se localiza na região do Cariri Paraibano e é um dos 17 municípios que compõe a microrregião do Cariri Ocidental. De acordo com o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) a cidade tinha uma população de 16.060 habitantes (51º no ranking do Estado) e com população estimada para 2020 de 17.031 habitantes. A escolha da cidade se deu devido ao seu porte, por possuir instituições de ensino superior e por casos de LGBTQIAfobia já registrados na cidade.

Com uma extensão territorial de 833,315 km², encontra-se em terceiro lugar no ranking de municípios com maior extensão territorial do Estado. Em sua renda média avaliada em 1,9 salário mínimo possui um quantidade total de 1.387 pessoas ocupadas expressando uma porcentagem de 8,2%.

A pesquisa de campo será realizada com pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ e simpatizantes que estiverem disponíveis para contribuir com a pesquisa. Será disponibilizada por meios digitais, especialmente redes sociais para um maior alcance do público e levando em consideração a Pandemia causada por o Sars-CoV-2, o vírus causador da Covid-19.

Também será preciso catalogar as políticas públicas nos órgãos oficiais. Verificar se tem relatório de gestão que lhe subsidie na avaliação dessas políticas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, dará início às discussões dos resultados da pesquisa encaminhada pelos objetivos, que trará consigo a solicitação de dados da SEMDH, o levantamento das ações realizadas e os dados da pesquisa realizada no município de Sumé - PB.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES LGBTQI+ NO ESTADO DA PARAÍBA

A atual secretaria que representa as questões LGBTQIA+ no Estado da Paraíba é a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), ela foi criada em 2011 e conta com 3 gerências voltadas para a faceta desigualdade e combate a preconceitos – duas com foco em assuntos de Gênero e Sexualidade e outra para Questões Raciais, respectivamente - sendo elas: Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT, e a Gerência de Equidade Racial.

A SEDMH tem como objetivo trabalhar, orientar, coordenar e acompanhar e executar políticas intersetoriais, atuar em políticas de combate ao sexismo, racismo e a LGBTQIAfobia; bem como, garantir a efetividade de políticas, programas e serviços em conjunto a organismos públicos, privados, nacionais e internacionais para as populações LGBTQIA+, de negros, de mulheres, indígenas, quilombolas, ciganas e de matrizes africanas.

Nos aspectos das Políticas Públicas e Ações Estaduais expressas para a comunidade LGBTQIA+, de acordo a análise do relatório enviado por o Governo do Estado pela Secretaria Estadual da Mulher e Desenvolvimento Humano por meio do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC-PB), contabilizou-se um total de 16 ações para essa população no período solicitado de 2003 e 2019 e algumas ações durante a Pandemia.

No quadro seguir, falaremos de todas as ações tomadas durante este período:

Quadro 1 - Ações Políticas expressamente LGBTQIA+ no Estado da Paraíba.

AÇÃO	OBJETIVO
Centro Estadual de Referência dos Direitos e Enfrentamento a LGBTfobia (Espaço LGBT) - João Pessoa	Promover a cidadania e os direitos LGBTQI+ por meio de suporte jurídico, psicológico e de serviço social. (2011)
Centro Estadual de Referência dos Direitos e Enfrentamento a LGBTfobia (Espaço LGBT) - Campina Grande	Promover a cidadania e os direitos LGBTQI+ por meio de suporte jurídico, psicológico e de serviço social. (2018)
Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba	Atender usuárixs oriundos de todo o estado prestando apoio a pessoas trans e travestis e na transição de gênero. (2013)
Conselho Estadual de Saúde LGBTQI+	Promover saúde integral da população LGBTQIA+.
II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba	Avaliar o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT no Estado” e propor diretrizes para o plano. (2011)
III - Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba	Avaliar a efetividade das Políticas Públicas LGBT contra a violência e propor estratégias para o enfrentamento da discriminação sofrida por os membros destas populações. (2016)
1ª Corrida Estadual Contra a Homofobia da Paraíba	Atividade esportiva focada para o público em geral e focada na conscientização no combate a LGBTQIfobia. (2013)
Combate a Homofobia	Campanha Educativa para orientar a importância em denunciar crime LGBTfóbicos e enfrentar o preconceito e a discriminação.
Tire o Respeito do Armário - todas e todos pelo fim da homofobia.	Promover direitos e a cidadania e enfrentar crimes LGBTfóbicos
#EURESPEITO	Explicar a obrigatoriedade do tratamento nominal e uso do nome social de pessoas Trans e Travestis no âmbito da Administração Pública.
Programa “Nas Cores do Arco Íris - Interiorizando a Política LGBT”	Capacitar servidoras/es públicos municipais sobre atendimento à População LGBTQI+ e incentivar a criação de Organismos de Políticas Públicas LGBT.
Programa “TRANSformar”	Conferir dignidade, respeito e visibilidade às pessoas Trans e Travestis.
Programa “#EuRespeito na Escola”	Enfrentar todas as formas de discriminação à pessoas LGBT e promover a cidadania junto à escola.
Programa “Enfrentamento à LGBTfobia”	Combater a LGBTfobia junto a Secretaria de Estado e Defesa Social com outros parceiros por meio de ações e diálogos.
Programa “Visibilidade e Cidadania Trans”	Conferir dignidade, respeito e visibilidade a membros da População LGBT e realizar reuniões com a Gerência de Ressocialização da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária para planejar ações no Presídio Feminino Júlia Maranhão.
Programa “Nossos Serviços”	Planejar e realizar reuniões no Espaço LGBT de João Pessoa.
Parada do Orgulho LGBT	Colocado no calendário turístico e cultural do Estado da PB.

Fonte: Adaptação do relatório da SEMDH (2020).

No quadro acima que foi adaptada a partir do relatório solicitado a Secretaria da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba contabiliza-se um total de 17 ações políticas, algumas delas possuem relatórios disponibilizados sobre sua efetividade, como o caso da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais da Paraíba (será detalhado um pouco mais a frente no tópico “RELATÓRIOS DAS POLÍTICAS”).

A II Conferência Estadual LGBT da Paraíba ocorreu em 2011 entre os dias de 10, 11 e 12 do mês de Novembro intitulada como “*Paraíba – Pela promoção da cidadania LGBT e contra a homofobia*” na cidade de João Pessoa – PB.

De acordo com Relatório Final da II Conferência LGBT da Paraíba, os focos principais de debate dessa ação foram:

[...] análise do cenário estadual e nacional; o diagnóstico das políticas públicas e do pacto federativo para o enfrentamento da pobreza, das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT; a avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT na Paraíba; e as diretrizes para a elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para a população LGBT. (PARAÍBA, 2011, p. 5)

Também nesta II Conferência as decisões de propostas ficaram alinhadas e separadas por pastas, ou como definido no relatório final, “Grupos de Trabalho” para tomada de decisões divididas em um total de 06 grupos: 1 - Trabalho, Geração de Renda, Previdência Social e Meio Ambiente; 2 – Desenvolvimento Social, Combate à Miséria e Participação Social; 3 – Sistema de Justiça, Segurança Pública e Combate à Violência; 4 – Cultura, Turismo, Esporte e Comunicação Social; 5 – Educação; e, 6 – Saúde.

Nesta questão, podemos observar que, de acordo com a fonte, existe sim uma gama de políticas que focam principalmente na conscientização a respeito do crime por discriminação de gênero ou sexualidade e/ou de orientação a respeito da diversidade dessas duas pautas.

Entre elas, destaco a existência dos 4 primeiros aparelhos de políticas voltados para o apoio as pessoas dessa população, aparelhos que como o Ambulatório TT e o Conselho de Saúde LGBT, unem forças com outras pastas para intensificar e garantir a saúde, direito fundamental, a essas pessoas, e os Espaços LGBT de João Pessoa e Campina Grande.

Esses aparelhos já estão efetivados no Estado, principalmente nas cidades maiores, a exemplo, de acordo com site do Governo de Estado tem um balanço até o dia 23 de Julho de 2019 de 585 usuários cadastrados no programa, estando divididos entre homens trans (214),

mulheres trans (345) e travestis (26) atendendo pessoas da Paraíba, Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Ainda de acordo com o site do Governo de Estado, o “Espaço LGBT” de João Pessoa também já é uma política efetiva do Estado Paraibano, contando com 1.400 cadastros e mais de 21.400 atendimentos realizados até 10 de Junho de 2019 desde oferecendo serviços jurídicos, psicológico, serviço social, direitos humanos e Biblioteca LGBT, todos de forma gratuita. E o de Campina Grande com 1 ano de existência, contava com 700 atendimentos e 102 cadastros.

Também abre-se um parênteses para falar da Programa “Nas Cores do Arco Íris - Interiorizando a Política LGBT”, uma política formulada para atuar em cima dos servidores públicos e ensinarem a atender pessoas LGBTQIA+ resguardando a importantíssima função de os servidores públicos estarem preparados e profissionalizados para atenderem os mais diversos casos e entender as especificidades de cada luta individual de cada membro.

No que engloba os instrumentos normativos que asseguram direitos à população no Estado, a Paraíba possui Leis, Decretos e Medidas Provisórias expressamente voltadas para a comunidade LGBTQIA+ que serão expostas a seguir nos Quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2 - Leis Estaduais LGBTQIA+.

LEI	AUTORIA	DESCRIÇÃO
Lei n. 11.000 24/10/2017	Executivo	Cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – CEDLGBT
Lei n. 10.908 08/06/2017	Dep. Estela Bezerra (PSB)	Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual.
Lei n. 10.909 08/07/2017	Dep. Estela Bezerra (PSB)	Altera Lei n. 7309 e inclui preconceito em virtude a identidade de gênero
Lei n. 10.963 19/07/2017	Dep. Adriano Galdino (PSB)	Dispõe sobre o direito de famílias homoafetivas participarem de programas Estaduais
Lei n. 10.895 29/05/2017	Dep. Anísio Maia (PT)	A obrigatoriedade dos cartazes em estabelecimentos comerciais sobre a Lei Estadual n. 7.309/2003.
Lei n. 10.178 25/09/2013	Legislativo	Proíbe a discriminação em acessos a elevadores em repartições públicas estaduais na Paraíba.
Lei n. 9.318 30/12/2010	Dep. Rodrigo Soares (PT)	Autoriza o Poder Executivo instituir o programa “Paraíba sem Homofobia”.
Lei n. 9.025 30/12/2009	Dep. Quinto de Soares (PMDB)	Cria o dia “Dia Estadual de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia”.
Lei n. 8.351 19/10/2007	Legislativo	Altera a Lei n. 7.517/2003 alterada por a 8.185/2007
Lei n. 8.082 31/10/2006		Altera a Lei n. 7.309/2003
Lei n. 7.901 22/12/2005	Legislativo	Cria o “Dia Estadual da Diversidade Sexual na Paraíba”.
Lei n. 7.309 10/01/2003	Legislativo	Proíbe a discriminação por orientação sexual.

Fonte: adaptação feita por o autor da SEMDH (2020).

Para contabilizar as Leis, possui um total de 12 expressamente LGBTQIA+, sendo 4 de autoria do Legislativo Estadual, do Poder Executivo e as outras 6 de autorias de Deputados, e

uma só para alteração a 7.309/2003, no caso, a 8.351/2006, que também enquadrarei como Legislativo.

Para informações, todas as leis, com exceção da n. 8351/2007, foram publicadas um dia após sua data, a citada como exceção foi publicada dois dias após.

A primeira vista, podemos ver que a primeira Lei expressa com a temática de diversidade LGBTQIA+ se dá apenas em 2003 (não muito diferente do cenário nacional) e com uma grande limitação, incluindo apenas como crime a discriminação por a orientação sexual, excluindo – até o ano de 2017 – por identidade de gênero e sem citar expressão de gênero.

Essa lei pioneira no Estado também foi modificada para ser mais efetiva e inclusiva, como acontece posteriormente com as Leis n. 8.082, 10.895 – uma forma de auxiliar na divulgação e publicização dos crimes de discriminação -, 10.909/2017.

Também pode ser analisado o cuidado em transformar a Administração Pública mais receptível a diversidade, caso visto antes no programa “Nas Cores do Arco Íris - Interiorizando a Política LGBT” que prepara servidores públicos para atenderem pessoas da população da melhor forma, (felizmente) também se repetindo aqui. Como pode ser observado nas Leis 10.178/2013, 10.963/2017 e a 10.908/2017.

No caso das Leis, podemos observar uma distribuição entre os objetivos de elas serem a maioria para combate ou conscientização sobre a discriminação a população LGBTQIA+ como um todo, ou seja, combate e conscientização contra a LGBTQIA+fobia, no total 10 delas, uma exclusivamente para pessoas Trans ou Travestis e um que criar o Conselho (instituição/órgão).

Nos decretos, encontramos um número de 09 deles, segue o Quadro 3 com os decretos e suas descrições:

Quadro 3 - Decretos LGBTQIA+ no Estado da Paraíba.

DECRETO	DESCRIÇÃO
Decreto n. 37.946 de 12 de dezembro de 2017	Cria o Ambulatório de Saúde Integral para Trans e Travestis da Paraíba.
Decreto n. 37.945 de 12 de dezembro de 2017	Regulamenta a Lei n. 7.309 que proíbe discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, revogando o Dec. 27.684.
Decreto n. 37.944 de 12 de dezembro de 2017	Estabelece normas e diretrizes para o tratamento de pessoas LGBT no sistema penitenciário do país.
Decreto n. 37.943 de 12 de dezembro de 2017	Insera as mulheres Trans e Travestis no atendimento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher sobre crimes de violência doméstica.
Decreto n. 37.824 de 20 de novembro de 2017	Transforma a antiga “Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos da Capital” na nova “Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnicos-Raciais e Delitos de Intolerância Religiosa da Capital”.
Decreto n. 35.004/21 de maio de 2014	Cria CEDLGBT – Conselho Estadual dos Direitos LGBT.
Decreto n. 32.159 de 25 de maio de 2011	Inclusão do Nome Social ⁸ de Pessoas Trans e Travestis em registros da Administração Pública Estadual.
Decreto n. 27.604	Regulamenta a Lei. 7.309/2003 – foi revogado por o Dec. n. 37.945/2017
Decreto n. 0006/2013	Torna legal o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Estado.

Fonte: adaptação relatório SEMDH (2020).

Os Decretos também seguem a mesma ideia de como são trabalhadas as Leis, com vieses de combate, apoio e inclusão de membros da População LGBTQIA+ na sociedade Paraibana, ressaltando que, não existe expressamente nenhum Decreto que tenha como foco conscientizar em um sentido de ensino sobre as diversidades, resguardado apenas para as Leis esta “função”.

Um ponto a ser observado é o ocorrido com o Decreto 37.824, ele transforma uma delegacia especializada e focada na causa para abranger mais duas pastas – etnia racial e intolerância religiosa, com o adicionar de mais dois temas a delegacia pode dificultar a especialidade e eficiência da pasta de Defesa e Combate à LGBTQIAfobia. Mas isso também é refletido no futuro com o enquadro de crimes LGBTQIAfóbicos junto aos crimes raciais por o STF, em 2019.

No âmbito Estadual a primeira decisão por Decreto para esta população só ocorreu em 2013 (dois anos mais tarde que no contexto Nacional), que se trata do casamento entre pessoas do mesmo sexo ser reconhecido.

Nas duas últimas partes de instrumentos normativos temos as Medidas Provisórias e Portarias que poderão ser observadas nos Quadros 4 e 5 respectivamente, sendo elas:

⁸ Nome Social é o nome que pessoas transexuais, travestis e outros ou outras preferem ser chamados no dia-a-dia ao invés do que consta em seus documentos, como o Registro Geral (Identidade).

Quadro 4 - Medidas Provisórias LGBTQIA+.

MEDIDA PROVISÓRIA	DESCRIÇÃO
MP n. 129 16/07/2009	Cria cargos de Delegado Titular e Chefe de Cartório da Delegacia, alterando anexos da Lei. 8.186/2007.

Fonte: adaptação relatório SEMDH (2020).

Quadro 5 - Portarias LGBTQIA+.

PORTARIA	DESCRIÇÃO
Portaria n. 350/GS/SEAP/12	Iguala as visitas íntimas a indivíduos (as) presos serão igualmente permitidas tanto para pessoas hetéro como LGBTQIA+.
Portaria n. 567/GS/SES/12	Cria o Comitê Estadual de Saúde para implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.
Portaria n. 41/2009-GS	Decreta que todas as unidades vinculadas a SEMDH registrem as pessoas Trans e Travestis com seus nomes sociais em seus atendimentos.

Fonte: adaptação relatório SEMDH (2020).

As portarias trazem duas sendo gerais e uma específica para a população Trans e Travesti, diferentemente da Medida Provisória, sendo única e criando cargos dentro de uma instituição de suporte a população.

De forma geral, a distribuição de políticas entre cada letra da população foca em duas partes, em trabalhar o totalmente a comunidade ou focar em ações exclusão para população de Trans e Travestis. Mostrando uma falta de visibilidade das outras letras e de suas lutas na sociedade.

4.2 DADOS DE VIOLÊNCIA LGBTQIAFÓBICA NA PARAÍBA

Para a pesquisa será usada os dados de violência do Grupo Gay da Bahia em seus últimos 3 relatórios, 2017, 2018 e 2019, já que ainda não possui dados de 2020 e os dados solicitados a “Delegacia Geral da Polícia Civil da Paraíba” só estão atualizados até 2018. Lembrando que, o país não possui órgão ou mecanismo oficial específico para esta coleta de dados em nível nacional, necessitando a instituições privadas engajadas na pauta realizem tais serviços.

Como explica a importância dos dados no relatório da GGB organizado por Oliveira e Mout “Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil - 2010” (2020, p. 44):

Os dados oferecem indicadores singulares para se pensar uma política nacional de enfrentamento do fenômeno, enquanto impõe desafios para os diferentes atores envolvidos com a temática, quer na mobilização, proposição ou execução de ações voltadas a promoção da vida, e o enfrentamento da violência, quer específica, aqui voltada ao segmento LGBT+, ou mesmo a população em geral.”

Dados de pesquisas servem para descobrirmos como se encontra a situação da população em relação a um determinado fato, área, interesses etc. A *accountability* nos indicadores funcionam como uma porta para ouvir demandas e orientar ações e ferramentas para alcançar o máximo de eficiência; No caso de dados de violências e mortes, se encaixam em indicadores de criminalidade e homicídios, que remete a qualidade de vida, convívio social e aspectos de segurança pessoal e social (JANNUZZI, 2006, p. 113).

Nos últimos 3 anos de relatório da GGB o Brasil registrou um total de 1.194 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, sendo:

Quadro 6 - Mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil.

ANO	MORTES
2017	445
2018	420
2019	329
TOTAL	1.194

Fonte: Grupo Gay da Bahia (2020).

O ano de 2017 foi o ano que mais se teve mortes de indivíduos da comunidade de acordo com os dados do GGB, desde o início de seus relatórios em 2000, mas que diminuiu ao longo dos próximos anos.

De acordo com o GGB o Nordeste é a região com maior número de mortes violentas no em todos os 3 anos para indivíduos da comunidade LGBTQIA+, de um total nacional de 329 a região possui em números absolutos 117 casos.

Quadro 7 - Mortes LGBTQIA+ totais por Região no Brasil.

REGIÃO	2017	2018	2019	TOTAL
Nordeste	148	147	117	412
Sudeste	148	137	98	383
Norte	58	50	56	164
Sul	45	40	31	116
Centro-Oeste	43	46	27	116

Fonte: Grupo Gay da Bahia (2020).

Em uma observação nacional, as duas regiões Nordeste e Sudeste são sim as mais violentas do país, de acordo com NOBREGA JR, ZAVERUCHA E ROCHA (2011, p. 46) mostram um crescimento na sua taxa de mortes violentas por 100 mil/habitantes em consideração durante o período de estudos 2000-2007, com uma observação para a Região Sudeste que decaiu seus números nos últimos 4 anos deste período.

Em números totais dos 3 anos o Estado da Paraíba encontra-se em 5 lugar na Região do Nordeste por mortes violentas a indivíduos LGBTQIA+ como segue no “Quadro 8”:

Quadro 8 - Mortes violentas de LGBTQIA+ no Nordeste nos anos 2017, 2018 e 2019 (Taxa por 100.000 hab).

Nº	ESTADO	2017	2018	2019	TAXA POR 100.000 HAB
1	Alagoas	23	20	9	1,55
2	Paraíba	13	14	8	0,87
3	Ceará	30	23	20	0,79
4	Rio Grande do Norte	6	15	6	0,76
5	Pernambuco	27	15	26	0,71
6	Bahia	35	35	32	0,68
7	Sergipe	5	6	2	0,56
8	Piauí	3	9	6	0,55
9	Maranhão	6	9	8	0,32

Fonte: adaptado pelo autor a partir do Grupo Gay da Bahia (2020)

Ou seja, por mais que como a SEMDH aponte o Estado da Paraíba como um dos com mais Políticas Públicas expressamente LGBTQIA+ no PAÍS, dentro da Região Nordeste, por exemplo, quando trabalhamos a taxa por 100.000 habitantes⁹, como indicador, o Estado é o Segundo com maior índice de mortes violentas na região, mostrando que as ações e políticas não estão surgindo efeito.

Assim define PEIXOTO (2018, p. 8):

A violência contra LGBTs no Brasil é histórica e corrobora com os padrões de comportamentos que fundaram os padrões sociais e morais brasileiros, portanto, ela não pode ser entendida como um fenômeno com um significado interpessoal, particular e exclusiva entre pessoas. Ela não começa nem termina num ato violento de um sujeito isolado (o/a violador/a) contra um outro indivíduo LGBT, mas fundamentalmente é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero.

A violência contra indivíduos LGBTQIA+ é algo maior que “a violência” explícita, é algo intrínseco e enraizado na nossa sociedade, como acontece com o machismo, racismo e o sexismo. Para combater isso as políticas devem se efetivar e perpassar as contramedidas de multa e sanções, atuar na mudança cultural do país.

⁹ A taxa por 100.000 habitantes indica o nível de segurança pessoal e junto a isso, a ausência dela, sendo definido por Jannuzzi (2006, p. 113) como a forma para medir os índices de violência, pois, permite comparar locais com populações em número totais discrepantes de forma mais igualitária.

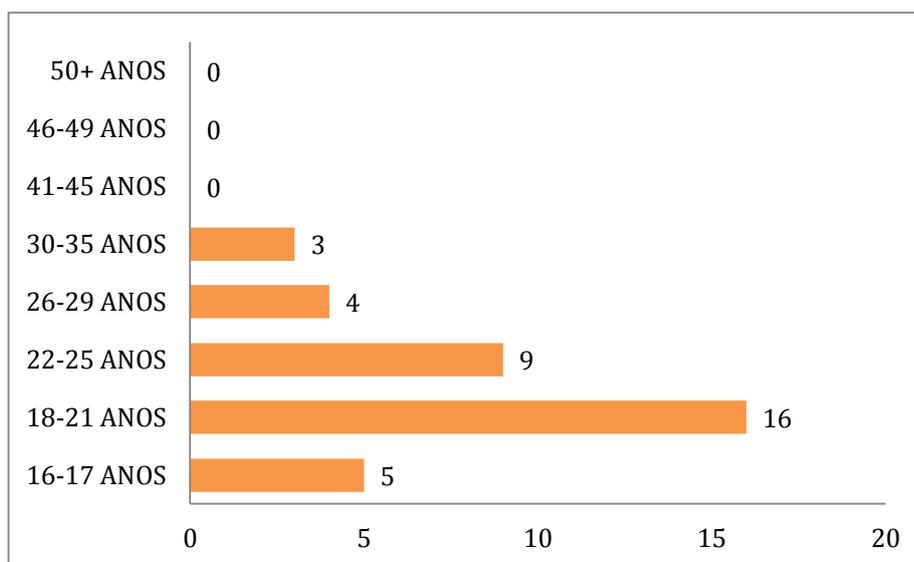
4.3 PESQUISA NA CIDADE DE SUMÉ

A pesquisa aplicada foi focada apenas em membros da população LGBTQIA+ e no município de Sumé para moradores ou integrantes que já moraram na cidade. Com o final da pesquisa, obteve-se 44 respostas.

Destas 44, na questão “Você Mora ou Já Morou em Sumé?” possuía 3 alternativas: “Sim, moro”, “Sim, já morei” e “Não”, 7 foram respondidas como “Não” então só serão usadas as outras 37 que preencheram os requisitos básicos de pertencer a população e residir no município.

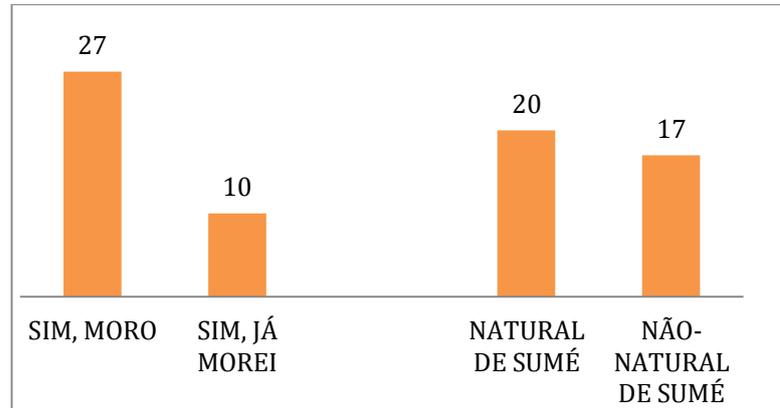
Inicialmente trabalha-se para definir o perfil dos colaboradores da pesquisa, levando em consideração idade, grau de escolaridade, identidade de gênero e orientação sexual.

Gráfico 1 - Idade dos colaboradores.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

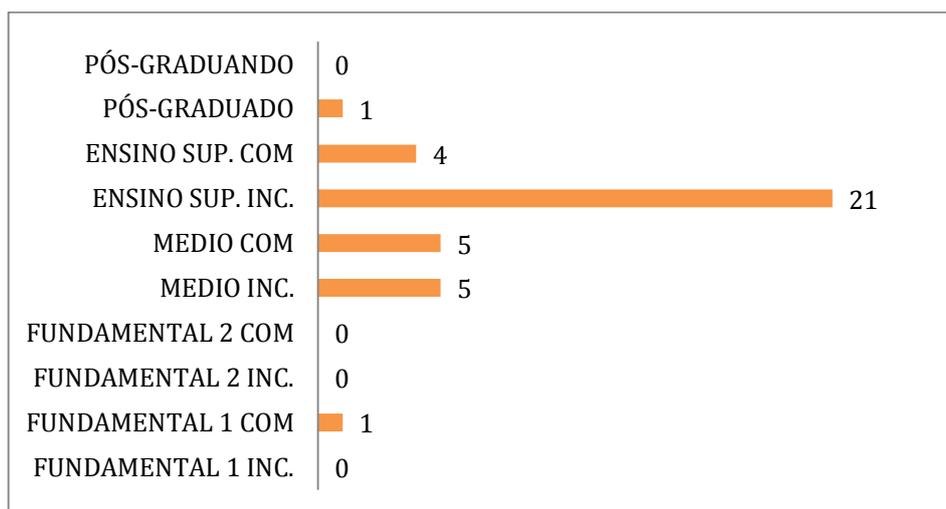
Dos colaboradores que responderam a pesquisa, a maioria possui a faixa etária entre 18-21 anos, seguido de 22-25 anos e logo após 16-17 anos. Importante frisar que, as faixas-etárias de 41-45, 46-49 e 50+ anos não tiveram nenhuma resposta e consequentemente se representação para os resultados desta pesquisa.

Gráfico 2 - Localidade dos colaboradores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Sobre a localidade dos representantes, têm-se uma comparação entre os que mora ou não moram e se são naturais de Sumé. Dos 27 que responderam que moram, apenas servindo, 20 são naturais da cidade. Possuindo, com base no questionário, uma maior parte morando na cidade e não sendo daqui.

Em relação as pessoas que não são naturais da cidade de Sumé, nós temos outras cidades da Paraíba, como: Congo, Patos, Caraubas, Condado; e de cidades outros Estados: Serra Talhada, Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro, São Paulo, Cruzeta (Rio Grande do Norte).

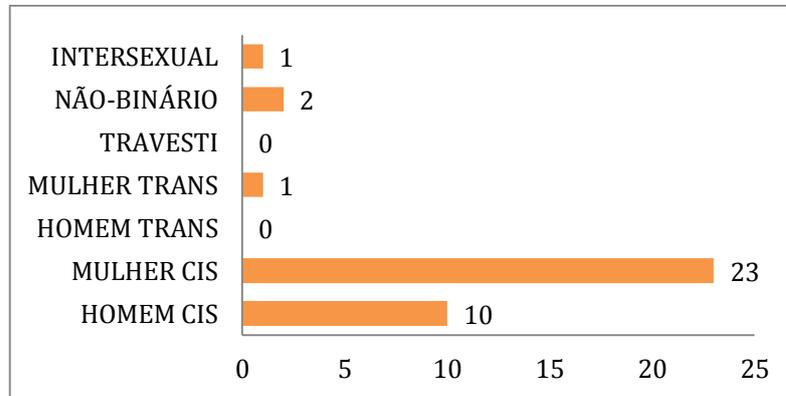
Gráfico 3 - Grau de Escolaridade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

A maioria com relação a grau de escolaridade está com Ensino Superior Incompleto ou Cursando, e sobre as áreas que cursam ou trabalham está diversificado, entre os que mais aparecem estão: Engenharias, Jornalismo, Informática, Gestão Pública, Administração,

Contabilidade, Educação. Esses cursos estão bem ligados ao município, seja por estarem na cidade ou presente nas próximas que os jovens estudam.

Gráfico 4 - Identidade de Gênero dos colaboradores.

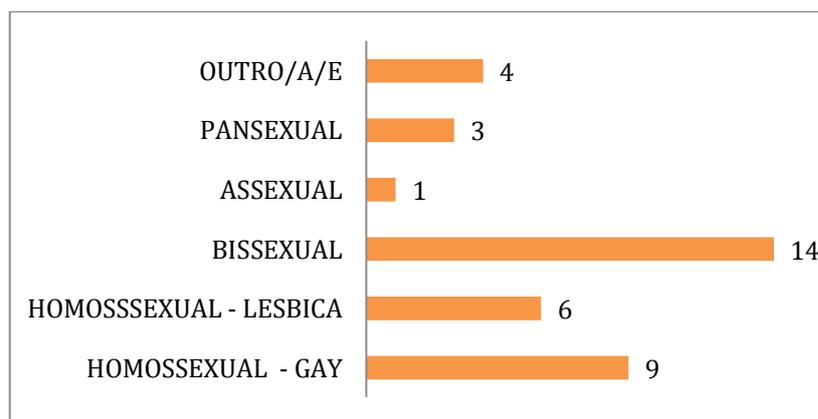


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Excetuando as identidades Travesti e Homem Trans, todas as outras foram contempladas na pesquisa, como foco para Mulheres Cis que agarram uma parcela quase de 50% dos representantes da pesquisa.

Cada letra que compõe a sigla é uma população que possui suas próprias lutas, mudando o nível de representatividade de cada grupo para cada grupo, refletindo na acessibilidade à informação.

Gráfico 5 - Orientação Sexual dos colaboradores.

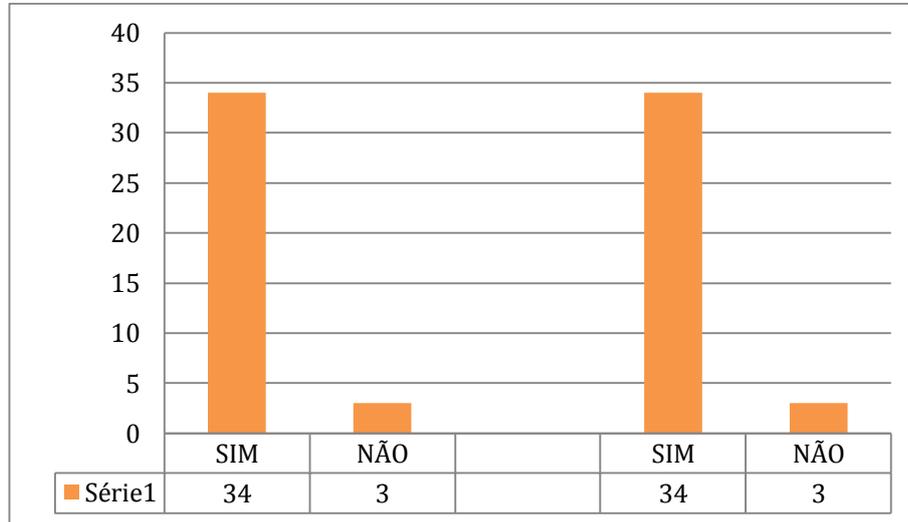


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Sobre as orientações sexuais dos colaboradores, todas foram contempladas durante a pesquisa. Com foco para o número de pessoas Bissexuais na pesquisa que possuiu uma representatividade de 14 respostas.

Ao finalizar o perfil dos/as/es colaboradores agora adentra-se a parte das políticas pública e o conhecimento dos colaboradores para com elas.

Gráfico 6 - Ouviu algo sobre Políticas Públicas VS Sabe o que são Políticas Públicas.

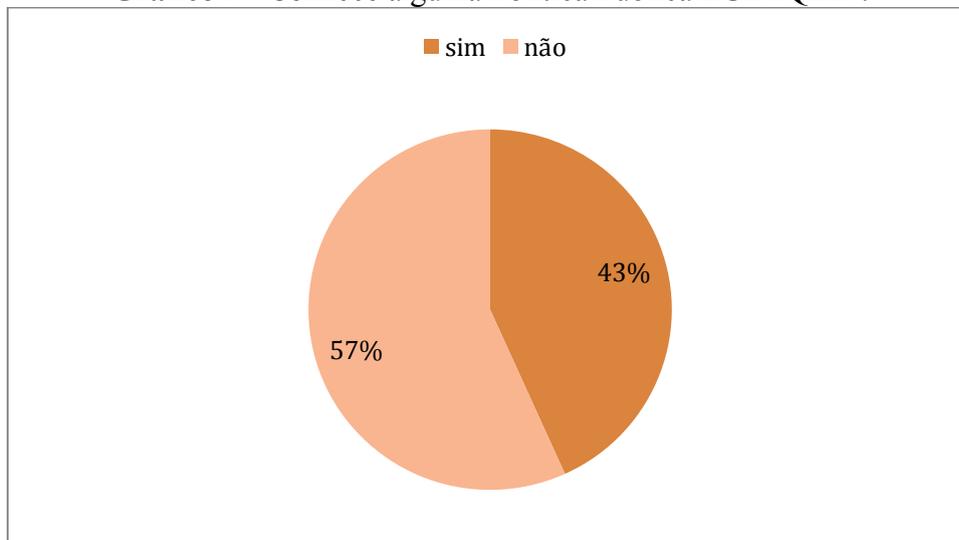


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Como Dye (2013) diz a respeito das políticas públicas serem (quaisquer) ações advindas do Estado, a política e suas ações estão rodeando os indivíduos, por mais que não com conhecimento científico para definir “uma política pública”.

Para ambos as questões de conhecimento anterior ao questionário quanto para o que de fato são políticas públicas os colaboradores responderam identicamente em quantidade 34 já ouviram falar e sabem o que é e 3 indivíduos o contrário, não e não respectivamente.

Gráfico 7 - Conhece alguma Política Pública LGBTQIA+.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Se políticas públicas são ações para resolver um desvio no *status quo* (Secchi, 2010), uma política pública LGBTQIA+ é uma política voltada para adequar a divergência ao *ideal*

Como na questão sobre o conhecimento geral de PPs no Gráfico 6, tivemos 34 respostas, quando nos referimos a política LGBTQIA+ o cenário por a amostragem muda um pouco com relação ao conhecimento das voltadas para membros da população LGBTQIA+, assumindo uma porcentagem de 57% para os que “não conhecem” que equivale a 21 das respostas do questionário.

Como diz Mello, Brito e Maroja (2021, p. 419) “as ações voltadas diretamente para a população LGBT, quando existem, possuem alcance pontual”, ou seja, além de pouco efetivas a existência é bem limitada em sua ocorrência, onde, mais focadas no Estado da Paraíba para as grandes cidades, e que, por mais que seja para atendimento de todo o Estado, os indivíduos não as conhecem.

Caso a resposta fosse “Sim” para a questão, foi pedido para que, caso quisessem e soubessem, descreve alguma política LGBTQIA+ de seu conhecimento, as respostas serão expostas logo a mais no “Quadro 9”.

Quadro 9 - Políticas LGBTQIA+ de conhecimento dos colaboradores e compartilhado no questionário.

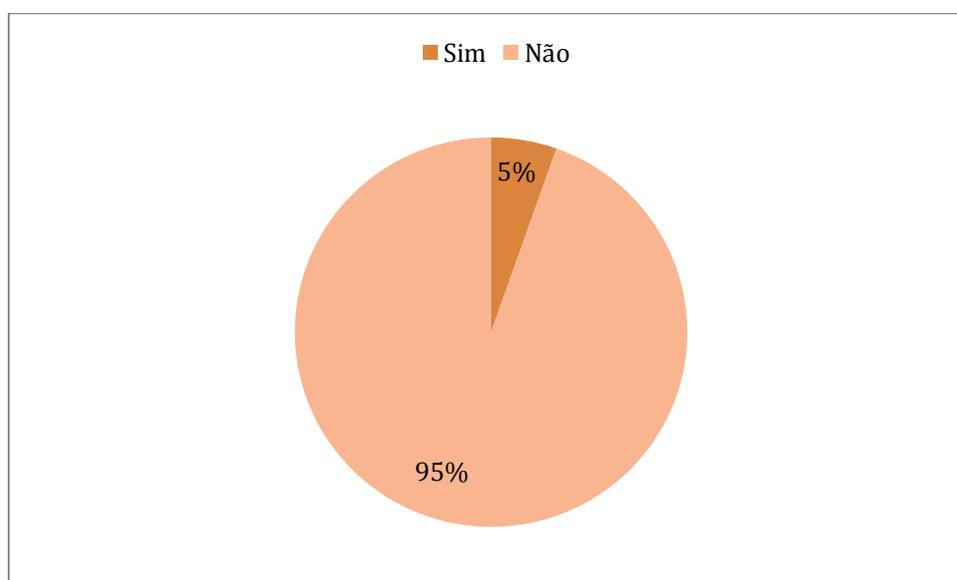
RESPOSTA	POLÍTICA/AÇÃO
“Acredito que a placa obrigatória de “proibido discriminação por orientação sexual” encontrada na grande maioria dos estabelecimentos do estado da Paraíba seja resultado de políticas públicas voltada aos LGBTQ+”	Lei n. 10.895 29/05/2017
“Penalização para discriminação por atitudes lgbtfóbicas advindas de estabelecimentos comerciais por parte dos atendentes ou demais funcionários em direção ao consumidor que seja lgbtqia+.”	
“Conheço o decreto estadual a respeito da discriminação por orientação sexual. A informação de que é ilegal e acarreta em multa que é fixada em cartazes no comércio.”	
“Cartazes no comércio”	
“SisChaves - Espaço LGBF (LGBT) João Pessoa”	Espaço LGBT
“Discriminação em local de trabalho é crime (crime)”	Não identificada
“A delegacia Especializada para os crimes LGBTQfóbicos, que tem o dever de atender qualquer tipo de denúncias de intolerância de gênero.”	Decreto n. 37.824 de 20 de Novembro de 2017

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Observando as respostas, pode-se ver que a política mais conhecida de fato é sobre a obrigatoriedade dos cartazes informativos sobre o crime de discriminação por conta de orientação sexual e identidade de gênero.

Esta, possivelmente, é de longe a política mais disseminada dentro dos municípios menores no Estado, devido a quase todo estabelecimento dispor de uma placa com ela em locais de fácil visibilidade, principalmente quando maiores ferramentas e ações acontecem nas cidades com maior população ou em cidades mais próximas a elas, a exemplo, João Pessoa e Campina Grande.

Gráfico 8 - Percepção da Sociedade do Município (Sumé/PB) sobre ações LGBTQIA+.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Em uma pergunta focada para a cidade de Sumé, sobre as ações municipais, já que anteriormente no Gráfico 7 e na “Quadro 9” tivemos algumas respostas sobre ações gerais que advém do Estado, no município, é diferente, com um valor percentual de 95%, 35 em valores totais, para “Não”, os respondentes do questionário apontam não verem iniciativas por parte da Gestão Municipal e prol da população LGBTQIA+.

Nesta questão também ficou em aberto para falarem a respeito, assim, observaremos na “Quadro 10” as respostas deixadas:

Quadro 10 - Visão dos colaboradores sobre a gestão municipal para a população LGBTQIA+.

COLABORADOR	RESPOSTA
1	<i>“Pq acho na minha visão que muitas pessoa ainda tem bastante preconceito tão como os próprios políticos”</i>
2	<i>“Eu não vejo nenhuma ação, porém, não consigo visualizar essas ações em meio a sociedade”</i>

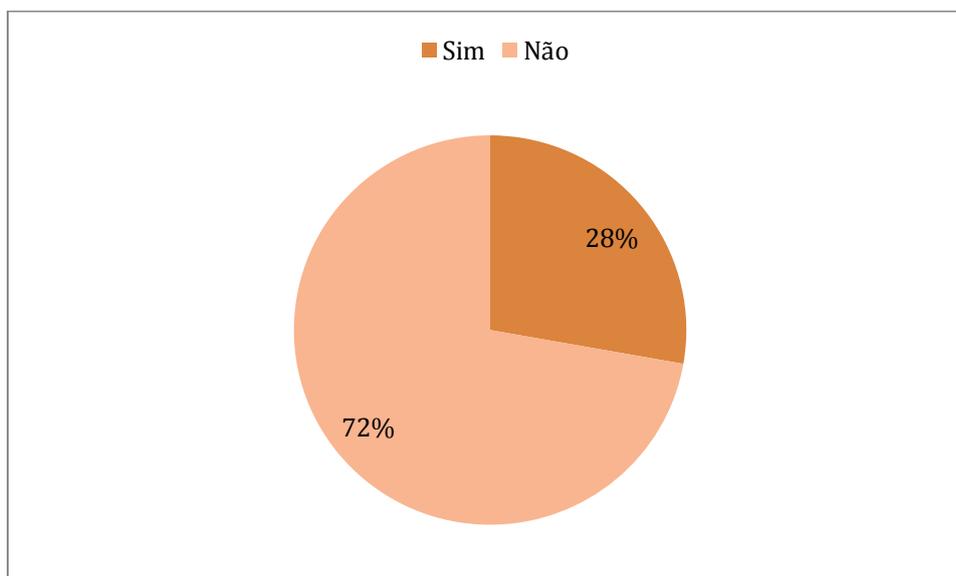
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

De acordo com a resposta do “Colaborador 1” é pertinente a pontuação a respeito do preconceito contra membros desta população, pois, realizar políticas neste campo de diversidade sexual e de gênero vai de encontro a molduras patriarcais e retrógradas de nossa sociedade, peculiaridades que confrontam costumes, crenças, valores de uma grande parte da sociedade (Mello, Avelar, Maroja. 2012, p. 294).

E em relação ao preconceito por parte dos políticos, bem visto, procurar mudança que vá contra valores gerará resistência, como a exemplo do caso da AGU em 2020 solicitando o revogar da decisão sobre homofobia ser considerada crime por atingir “liberdade de expressão”.

O “Colaborador 2” fala de dois pontos, não vê ação da gestão municipal, mas também não visualiza “ações em meio a sociedade”, ou seja, ambos os lados de governantes e governados, segundo ele, não contribuem para as ações políticas.

Gráfico 9 - Já teve contato ou foi assegurado por alguma Política Pública LGBTQIA+?.

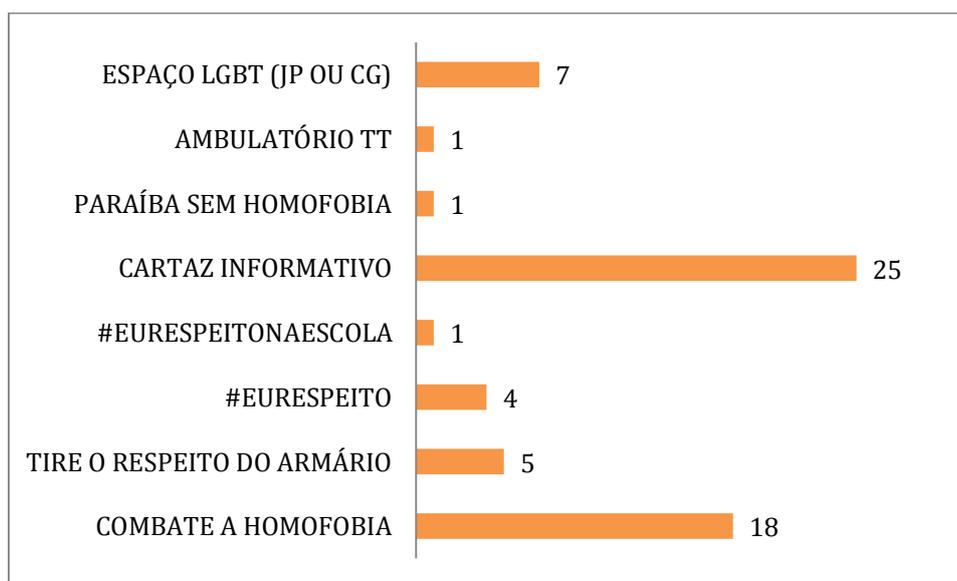


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Quando questionados sobre já terem contato ou se sentirem assegurados/usados políticas públicas LGBTQIA+, foram 35 respostas que mostraram um percentual de 72% para

“Não”, que significa um total absoluto de 29 respostas sobre pessoas que não conseguem enxergar as políticas trabalhando, voltando para a ideia de temos muitas PPs LGBTQIA+ como nunca, mas não efetivas, são insuficientes (Mello, Brito e Maroja. 2012, p. 425), quase, como se usa no direito, caducas.

Gráfico 10 - Quais políticas conhecem?.

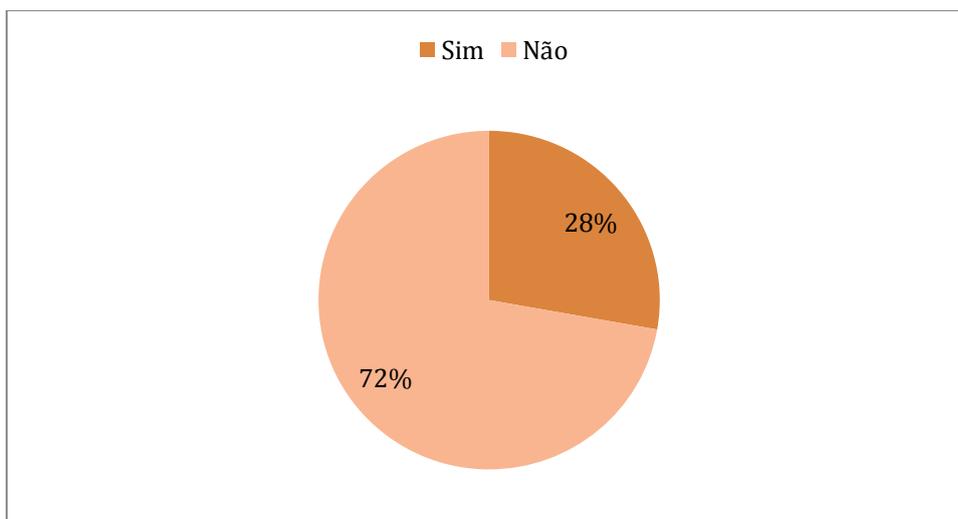


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021)

Ao serem apresentados algumas opções para resposta sobre o conhecimento e políticas para membros da população, o “Cartaz Informativo” em comércios sobre o crime de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é o mais conhecido, com 25 votos absolutos sobre o conhecimento, e acompanhado da “Política estadual de combate a homofobia”, esta última já respondida quando apresentada pode estar ligada aos trabalhos desde os anos de 2004 do governo federal como o “Combate a Homofobia”.

O que mostra uma possível ideia da necessidade de interiorização das políticas, torna-las mais disseminada e menos centradas nos grandes centros do Estado.

Gráfico 11 - Como indivíduo LGBTQIA+, se sente seguro em Sumé/PB?.



Fonte: Elaborado por o próprio autor a partir dos dados obtidos pelo questionário (2021).

Fazendo relação com a visibilidade da população a respeito das ações municipais voltadas para membros da população LGBTQIA+ no Estado da Paraíba, não surpreendesse indivíduos não se sentirem seguros.

Para Carvalho e Fátima e Silva (2011, p. 60) “A segurança da sociedade surge como o principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres [...] é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada.”. Ou seja, uma das principais funções do ente não está sendo alcançada, fazer membros se sentirem seguros reflete o estado de como funciona as ações (ou ausência delas) para os indivíduos que anseiam por isso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado acima, pode-se sim observar que o estado da Paraíba possui políticas em diversas ordens expressamente LGBTQIA+, nas mais diversas ordens, conscientizar, educar, melhorar atendimento, inclusão, igualdade, saúde, defesa de seus direitos.

Sobre as políticas e ações desenvolvidas no Estado, a partir dos dados, se obteve 17 ações expressas para membros da comunidade (Quadro 1); e sobre os instrumentos normativos voltados conseguiu-se Leis - 12 no total (Quadro 2), Decretos - 9 no Total (Quadro 3), Medidas Provisórias - 1 no Total (Quadro 4) e Portarias - 3 no Total (Quadro 5). Com tudo, totalizado 42 ações Públicas ao longo dos anos de 2003 até 2020.

Essas ações são no geral feitas para abranger todo o Estado, desde os representados aos representantes, embora que com focos em maiores cidades como o espaço LGBT de João Pessoa e Campina Grande, eles podem atender a toda população. O que foi perceptível foi que, a um foco na disseminação das informações a respeito dos instrumentos mais nos grandes centros, isso impede de que maiores públicos que podem receber ajuda desses instrumentos de políticas e promoção de suporte a membros da população LGBTQIA+.

O início das ações públicas/políticas para a comunidade se deu em 2003 com a Lei n. 7.309, com a proibição da discriminação por orientação sexual no Estado, que atualmente foi modificada por a Lei 10.909 de 2017 incluindo identidade de gênero. Esse prazo de “início da visibilidade à comunidade” no Estado se dá junto com o que acontece também em plano nacional como o Plano Nacional de Direitos Humanos - 2, observando a necessidade de um fator gerador maior para que aconteça no Estado.

Na divisão de políticas públicas entre cada uma das populações que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, a divisão por “letras”, na Paraíba, não há uma divisão igual entre todas elas, a análise só trouxe políticas focadas na comunidade de indivíduos/as Trans e Travestis e as outras sempre com contexto geral de abrangência dos membros da comunidade, longe de se criticar as decisões a respeito da população de Trans e Travestis, porém deveria haver um estudo sobre demandas individuais também das outras populações como os Intersexo, que passam por problemas de terem seu gênero decidido ao nascer por os pais quando ocorre do seu nascimento com genitálias “do sexo masculino e feminino”. Deste modo, existindo uma necessidade dos atuantes na gestão pública, na formulação das políticas públicas e representantes uma maior atenção para os grupos com menos visibilidade dentro de uma população já com pouca visibilidade de demandas.

Ao realizar uma divisão por especificidade, as Políticas ficam com: 14 gerais para a população e 3 para Trans e Travestis; as Leis, 11 gerais e 1 Trans e Travestis; Decretos, 7 gerais e 2 Trans e Travestis; e Portarias 2 gerais e uma Trans e Travestis. As Medidas Provisórias encaixada no relatório repassado foi mais para uma mudança interna de cargos. Como já dito, pode-se observar uma atenção específica a pessoas Trans e Travestis, de extrema importância devido às inúmeras fragilidades vivenciadas por tal população.

O grande contraste das políticas e ações voltadas para a comunidade LGBTQIA+ se dá por o fato de quando se analisa os dados de mortes violentas a membros no Estado por a taxa de 100/hab, a Paraíba não se demonstra um exemplo, pois se encontra em segundo lugar, com uma taxa de 0,87 (atrás apenas de Alagoas, considerado um dos Estados mais violentos da região, com 1,55), que outros estados. Mesmo com estados (possivelmente) com menores políticas, a Paraíba enquadra o *top 2*.

Com isso, conclui-se que, neste ponto, por mais que haja políticas e ações elas não são suficientes para combate e efetividade, mesmo sendo declarado apoio e o orgulho do Estado possuir uma das maiores gamas de ferramentas no combate a LGBTQIAfobia.

Sobre o conhecimento da população de Sumé - PB, bem, foi visto que os 37 colaboradores aptos a pesquisa, em sua maioria têm ou já tiveram contato com o Ensino Superior e em sua maioria jovens e a também maioria serem mulheres cis (isso bate com dados de estudo de índices de educação estarem mais instruídas mulheres que homens, mas não entra no caso desta discussão).

Os respondentes do questionário afirmam em quase unanimidade, 34 de 37, já ouviram e sabem o que são políticas públicas mesmo antes do contato com o questionário, mostrando uma interessante disseminação e relevante a respeito de conhecimento e (talvez) interesse por a área. Porém, quando viramos a ponta da pesquisa para conhecimento a respeito das políticas LGBTQIA+ o percentual anterior que era de 92% passa para 57% (21 de 37) e com direito a em sua maioria serem sobre o “Cartaz Informativo” (que inclusive, é o mais conhecido entre as opções dadas em visibilidade na Paraíba, como visto no Gráfico 10) sobre o crime de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Aqui pode-se observar uma possível relação que leva a não-efetividade das políticas e ações, a ausência de conhecimento sobre elas para um possível perfil de pessoas que encontram-se em cidades menores (replicando as características da cidade para outras semelhantes, como uma base) e ainda levando em consideração que, Sumé é uma cidade universitária e com uma gestão municipal que recebe prêmios de excelência de gestão na Paraíba.

E levando para o campo do contato e sentimento de segurança por tais políticas, o percentual continua a diminuir, de 35 respostas totais para a questão sobre sentir-se assegurado por ações e políticas, apenas 17% responderam que “Sim”, voltando a pontuar o que foi discutido ao longo do trabalho, existem políticas, mas não são efetivadas.

Quando o foco são as ações municipais o conhecimento fica mais escasso por parte dos respondentes, o que antes tinha diminuído para um percentual de 57% agora passa para míseros 5% de pessoas que enxergam ações municipais para a comunidade LGBTQIA+ no município, e nessa lacuna de conhecimento, também encontrasse a ausência de segurança dos indivíduos, que nas respostas sobre sentir-se seguros como indivíduos LGBTQIA+, 28% responderam que “Sim”, existindo uma lacuna de quase o triplo dos respondentes não compartilharem deste sentimento.

Assim, é nítido que as políticas não estão conseguindo alcançar pessoas que vivem no interior, se replicar as condições vivenciadas na cidade de Sumé – PB para cidade com um contexto similar - sendo que a cidade ainda conta com duas instituições de nível superior e uma gestão com prêmios de referência em suas ações – se pode ter noção de que a situação se replica adentro do interior do Estado.

Este estudo deixa aberto para aplicar e estudos futuros em outras cidades do Estado, pretendesse replicar tal estudo em futuras pesquisas de pós-graduação, para avaliarmos com maior campo de abrangência as possibilidades para alcance e visibilidades dos membros sobre as políticas públicas desenvolvidas para a população LGBTQIA+ no estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas, 2019. p. 9-14.
- BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista política hoje**, Recife, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3710/3012>. Acesso em: 28 out. 2019.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual Orientador Sobre a Diversidade**. Brasil: Secretaria Nacional de Cidadania. 2018.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100007&script=sci_arttext. Acesso em: (qual a data?)
- CASTRO, Carmem Lúcia de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/component/k2/item/64-dicionario-de-politicas-publicas-vol-1>. Acesso em: 1 nov. 2020.
- Cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da prostituição. **G1**, Belo Horizonte, 18, mai. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/cerca-de-90-das-travestis-e-transexuais-do-pais-sobrevivem-da-prostituicao.ghtml>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa; entenda e faça**. 6 ed. Petrópolis: Ed. Editora Vozes, 2011.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria da democracia**. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. Título original: An economic theory of democracy.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 14. ed. Estados Unidos: Pearson Education, 2013.
- FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

HIRD, Myra J. Gender's Nature: Intersexuality, transsexualism and the 'sex'/'gender' binary. **SAGE Journals**, London. v. 1, p. 347-364, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146470010000100305>. Acesso em: 3 nov. 2020.

IBGE. Panorama Paraíba. [s. l.], 2010. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acessado em: 10 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

LIMA, Andréa Moreira. **Política sexual**: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Estado e Sociedade**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005. Acesso em: 5 nov. 2020.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 out. 2020.

MOTT, Luiz. População LGBT morta no Brasil: Relatório 2018. **Grupo Gay da Bahia**. [Salvador], 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2018.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017. **Grupo Gay da Bahia**. [Salvador], 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

NASCIMENTO, Pâmela. O Movimento LGBT brasileiro e a necessidade da judicialização da política frente à vulnerabilidade legislativa. **Novos Saberes**, Joinvile, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2019. Disponível em: <http://app.catholicasc.org.br/ojs/index.php/NovosSaberes/index>. Acesso em: 7 nov. 2020.

NOBREGA JR, José Maria; Zaverucha, Jorge; ROCHA, Enivaldo. Mortes por agressão em Pernambuco e no Brasil: Um Óbice para a consolidação da Democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 43-58, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/238/23821151005.pdf>. Acesso em: 24 de mai. 2021.

OHIO UNIVERSITY. Public administration vs. public management: what's the difference? **Online Master of Public Administration**, Ohio, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://onlinemasters.ohio.edu/blog/public-administration-vs-public-management-whats-the-difference/>. Acesso em: 26 out. 2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – 2019. **Grupo Gay da Bahia**. [Salvador], 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARAÍBA (Estado). Ambulatório para travestis e transexuais da Paraíba completa seis anos. Somos todos Paraíba. João Pessoa, 23 jul. 2019a. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/ambulatorio-para-travestis-e-transexuais-da-paraiba-completa-seis-anos>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PARAÍBA (Estado). Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT da Paraíba, 2. João Pessoa, nov. 2011. João Pessoa. **Relatório final**. João Pessoa: Governo da Paraíba, [2011?]. Disponível em: <http://antigo.paraiba.pb.gov.br/images/relatório-final-ii-conferência-estadual-lgbt-pb.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PARAÍBA (Estado). Espaço LGBT de Campina Grande completa um ano de funcionamento. Somos todos Paraíba. João Pessoa, 14 ago. 2019b. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/espaco-lgbt-de-campina-grande-completa-um-ano-de-funcionamento>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PARAÍBA (Estado). Governo comemora 8 anos do Espaço LGBT de João Pessoa. Somos todos Paraíba. João Pessoa, 10 jun. 2019c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-comemora-8-anos-do-espaco-lgbt-de-joao-pessoa>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PEIXOTO, Bento Valdenízia. Violência Contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 10, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014>. Acesso: 24 mai. 2021.

RAMOS, Eduardo da Rosa. Noções gerais sobre a origem do estado e estado moderno. **Revista Eletrônica de Estudos Jurídicos e da Sociedade**, Guaxupé, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.unifeg.edu.br/revista/artigos-docentes/2012/eduardo-da-rosa-ramos-noco-es-gerais-sobre-a-origem-do-estado-moderno.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, Bento Silva. COSTA, Ricardo da. **Filosofia Política I**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo: Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. v. 2.

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TRESIVAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 4 mar. 2021.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO

VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+

Esta pesquisa está sendo realizada para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexo, Assexuais e outros (LGBTQIA+) para saber a difusão de suas políticas públicas entre os membros da população na cidade de Sumé/PB.

Realizada por o aluno Tarlan Alexandre de Lima, concluinte do curso Superior em Gestão Pública pela UFCG/CDSA juntamente ao seu orientador Valdonilson Barbosa dos Santos. - A identidade dos/das/des colaboradores/as da pesquisa será preservada na pesquisa, apenas solicitadas para validação perante as normas.

*Obrigatório

1. E-mail *

Nesta primeira parte, será solicitada informações a respeito você - não solicitados documentos.

2. Qual seu nome? *

3. Qual sua idade? *

16-17 anos

18-21 anos

22-25 anos

26-29 anos

30-35 anos

35-40 anos

41-45 anos

46-49 anos

50+ anos

4. Você mora ou já morou em Sumé? *

Sim, moro.

Sim, já morei.

Não.

5. Você é natural da cidade de Sumé? *

Sim

Não

6. Caso sua resposta na questão anterior tenha sido "Não", de qual cidade você é natural? E se for natural de outro Estado, poderia nos dizer qual?

7. Qual seu nível de escolaridade? *

Fundamental I completo

Fundamental I incompleto ou cursando

Fundamental II incompleto ou cursando

Fundamental II completo

Ensino Médio Incompleto ou cursando

Ensino Médio completo

Ensino Superior incompleto ou cursando

Ensino Superior completo

Pós-graduando

Pós-graduado

8. Qual (ais) área (s) você estuda e/ou trabalha? *

9. Com qual das identidades de gênero você se identifica? *

Homem Cis (foi designado como homem ao nascer e se identifica como) Mulher Cis (foi designada como mulher ao nascer e se identifica como)

Homem Trans (foi designado como mulher ao nascer, mas se identifica como homem)

Mulher Trans (foi designada como homem ao nascer, mas se identifica como mulher) Travesti

Não-Binário/a/e (não se identifica com as construções de gêneros masculino nem feminino)

Intersexual (nasceu com características biológicas tidas como masculino ou feminino em certo nível e se identifica como)

10. Qual sua orientação sexual? (Por qual/quais gêneros você sente atração) *

Homossexual Homem - Gay (sente atração por o mesmo gênero)

Homossexual Mulher - Lésbica (sente atração por o mesmo gênero) Bissexual (sente atração por os dois gêneros)

Assexual (não sente atração sexual, salve algumas exceções)

Pansexual (sente atração por quaisquer gêneros)

Outro/a/e

Políticas Públicas e Políticas Públicas LGBTQIA+

Nesta seção, perguntaremos a você sobre as políticas públicas e políticas públicas LGTBTQIA+, não será necessário nenhum conhecimento prévio a respeito. Vamos nessa!

11. Você já ouviu falar sobre "Políticas Públicas" anteriormente a este questionário? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. Você sabe o que são políticas públicas? *

Sim

Não

Explicando, políticas públicas são as ações tomadas pelos governantes que afetarão diretamente ou indiretamente a vida dos indivíduos, representando em casos interesses e demandas da sociedade.

13. Você conhece alguma política pública LGBTQIA+ no Estado? *

Sim

Não

14. (Opcional) Se a sua resposta para a questão anterior foi "Sim" poderia dizer/explicar qual?

15. Em uma visão do ente MUNICIPAL da sua cidade, você vê ações dos governantes voltadas para a população LGBTQIA+? *

Sim

Não

16. (Opcional) Se a resposta foi sim para a última questão, podera nos falar um pouco sobre?

17. Você já teve contato/se sentiu assegurado com alguma política pública para a população LGBTQIA+?

Sim

Não

18. Dentre as políticas públicas abaixo, quais você conhece?

Marque todas que se aplicam.

Combate a Homofobia: campanha educativa para coscientizar a respeito de denunciar crimes LGBTQIA+fobicos e enfrentar o preconceito

Tire o respeito do armário - todas e todos pelo fim da homofobia

#EURESPEITO

Programa "#EuRespeito na Escola"

Cartaz informando a proibição e crime "atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências" em estabelecimentos comerciais, pela Lei, 7.309/2003

Programa "Paraíba sem Homofobia"

Ambulatório de saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba

Espaço LGBT (João Pessoa e Campina Grande) - prestam atendimentos jurídico, psicológico e de serviço social e de agentes dos Direitos Humanos

19. Você, como indivíduo LGBTQIA+, se sente seguro onde mora e onde vai?

Sim

Não

20. AUTORIZAÇÃO: Concordo que as informações acima são confiáveis e autorizo seu uso para fins de pesquisa e publicações científicas ou pedagógicas, desde que sem fins de lucro ou comercialização.

Sim, concordo e autorizo.

Não.